

# ***CONCORRÊNCIA PÚBLICA 004/2024***

**PROCESSO ADMINISTRATIVO  
135/2024**

**04/12/2024 às 09:00**

## **OBJETO**

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONCLUSÃO DA QUADRA COBERTA COM VESTIÁRIOS, PADRÃO FNDE, NO DISTRITO DE GONÇALO, MUNICÍPIO DE CAÉM/BA.**

## **ÓRGÃO INTERESSADO:**

Secretário Municipal de Educação

## **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

☒ menor preço / ☐ maior desconto, por  
☐ lote / ☐ por grupo / ☒ global

## **MODO DE DISPUTA:**

☐ aberto / ☒ aberto e fechado

## **PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**

☐ SIM / ☒ NÃO



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÉM  
CNPJ: 13.913.348/0001-11



**PREÂMBULO**

**O MUNICÍPIO DE CAÉM**, Estado de Bahia, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob número 13.913.348/0001-11, neste ato representado pelos Secretários Municipais de Educação, Sr. Ronaldo Alves de Oliveira, torna público que realizará licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA.

**REGÊNCIA LEGAL:** Lei nº 14.133/2021, e Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, aplicando-se, além das condições previstas neste Edital e seus anexos.

**FORMA DE EXECUÇÃO:** Indireta sob regime de empreitada por Preço unitário (art. 6º, inciso XXIX da lei 14133/2021).

**SÍTIO ELETRÔNICO:** <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>

**DATAS DA SESSÃO:**

Apresentação das propostas: Até às 08:00, do dia 04 de dezembro de 2024.

Abertura da sessão pública: às 09:00, do dia 04 de dezembro de 2024.

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:** Em consonância com o art. 24 da Lei 14.133/2021, este orçamento tem caráter sigiloso, conforme justificativas no Termo de Referência deste edital

**CONSULTAS AO EDITAL E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES:** na *internet* no site <http://www.caem.ba.gov.br> e <http://www.portaldecompraspublica.com.br>

**ESCLARECIMENTOS:** <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>

Não havendo expediente na Prefeitura Municipal de Caém ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do presente certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário e local estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação do Agente de Contratação em contrário.

As decisões e informações por parte do Agente de Contratação serão comunicadas mediante chat no Portal de Compras Públicas ([www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)) e demais atos publicados no Site Oficial da Prefeitura ([www.caem.ba.gov.br](http://www.caem.ba.gov.br)).



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÉM  
CNPJ: 13.913.348/0001-11



## 1. DO OBJETO

**1.1.** Contratação de empresa para conclusão da quadra coberta com vestiários, padrão FNDE, no Distrito de Gonçalo, Município de Caém/BA.

**1.2.** Havendo divergência entre as especificações deste objeto descritas no SISTEMA e as especificações constantes deste Edital, serão consideradas como válidas as do Edital, sendo estas a que os licitantes deverão se ater no momento da elaboração da proposta.

## 2. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES

**2.1.** Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar da Concorrência Pública deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal e intransferível, obtida junto **ao PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** - [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br) e ainda, deverá anexar sua proposta de preços e documentos de habilitação jurídica e em local próprio no sistema.

**2.2.** O credenciamento se dará por intermédio da atribuição de chave de identificação e/ou senha individual.

**2.3.** O credenciamento será pessoal e intransferível para acesso ao sistema. O usuário credenciado será responsável por todos os atos praticados nos limites de suas atribuições e competências. O Credenciamento implica em responsabilidade legal do usuário e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes à Concorrência.

**2.4.** É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente e/ou por seu representante, não cabendo ao PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS, ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**2.5.** O credenciamento do prestador dos serviços de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes à Concorrência Eletrônica.

**2.6.** O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O fornecedor participante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÉM**  
**CNPJ: 13.913.348/0001-11**



**2.7.** Como condição para participação na Concorrência, a licitante assinalará “*sim*” ou “*não*” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

- 1) Declaração que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento diferenciado estabelecido em seus arts. 42 a 49 com as alterações promovidas pela Lei Complementar 147/2014.
- 2) A assinalação do campo “*não*”, apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações promovidas pela Lei Complementar 147/2014 mesmo que seja qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte.

### **3. DA PARTICIPAÇÃO DURANTE O PROCEDIMENTO**

**3.1.** A participação na Concorrência, na Forma Eletrônica, se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecido.

**3.2.** Caberá ao participante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Concorrência Eletrônica, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;

**3.3.** Poderão participar dessa Concorrência Eletrônica interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

#### **3.4. Não poderão participar desta licitação os interessados:**

**3.4.1.** Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

**3.4.2.** Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**3.4.3.** Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

**3.4.4.** Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14º da Lei nº 14.133, de 01 de abril 2021;

**3.4.5.** Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

**3.4.6.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÉM**  
**CNPJ: 13.913.348/0001-11**



**3.4.7.** Empresa isoladamente responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

**3.4.8.** Empresas em forma de consórcio ou coligação;

**3.4.9.** Não será aceito o mesmo representante para empresas diversas;

**3.4.10.** Os interessados que tenham sido declarados inidôneos pela Administração Municipal, Estadual ou Federal, o que abrange a administração direta e indireta, as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob o seu controle e as fundações por ela instituída e mantida, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja reabilitado perante a autoridade que aplicou a penalidade.

#### **4. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**4.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido, via sistema, até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

**4.2.** A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados via sistema, pelo seguinte meio: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

**4.2.1** A impugnação deverá, obrigatoriamente, estar acompanhada de CPF ou RG, em se tratando de pessoa física, e de CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica (por documento original ou cópia autenticada), bem como do respectivo ato constitutivo e procuração, na hipótese de procurador, que comprove que o signatário, efetivamente, representa e possui poderes de representação da impugnante.

**4.2.2.** Caberá aos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

**4.3.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em no mesmo endereço no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**4.4.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

- a) A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÉM**  
**CNPJ: 13.913.348/0001-11**



**4.5.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

**5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURIDICA**

**5.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de proposta e lances e de julgamento.

**5.2.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico NO CAMPO PREVISTO, as planilhas orçamentárias, cronograma físico financeiro e detalhamento dos encargos sociais e BDI, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, emitidos em papel timbrado da empresa, datada e assinada pelo representante legal juntamente com a Carta Proposta contendo a descrição do objeto ofertado, preço global e informações necessárias, que deverá conter, dentre outros, os seguintes elementos: a) Razão Social, nome fantasia, endereço completo, CNPJ, os números de telefone, endereço eletrônico (e-mail), para contato; b) Número respectivo da Concorrência e Processo Administrativo; c) Prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias; d) Dados, informações pessoais e endereço completo da pessoa responsável para assinatura do Contrato;

**5.3.** Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

**5.4.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**5.5.** O envio da proposta e dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha até a data e o horário estabelecidos no Edital.

**5.6.** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

**5.7.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Concorrência Eletrônica, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**5.8.** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÉM**  
**CNPJ: 13.913.348/0001-11**



**5.9.** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

**5.10.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**5.11.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**5.12.** Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Agente de Contratação e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

**5.13.** Junto com a proposta inicial, o licitante enviará, em campo próprio do sistema, as seguintes declarações:

- a) Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo conforme disposição do artigo 63, §1º, da Lei nº 14.133/2021;
- b) Que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- c) De que pode usufruir dos benefícios de ME E EPP, e que, no ano calendário de realização da licitação, não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, para fins de obtenção dos benefícios previstos dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar n. 123/2006;
- d) Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- e) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**5.14.** A ausência das declarações de que trata às alíneas “a”, “b” “d” e “e” do item 5.13 sujeitará a desclassificação da proposta.

**5.15.** A falsidade da declaração de que trata os incisos do item 5.13 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.16. A fim de aplicar o princípio da isonomia entre as licitantes, após transcorrido o prazo concedido para entrega da proposta reajustada, documentos complementares e documentos de habilitação, não serão considerados, para fins de análise, sob qualquer alegação, o envio dos mesmos, sendo realizado, pelo Agente de Contratação, a desclassificação/inabilitação da concorrente, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

## 6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

I - Descrição detalhada da proposta, contendo as informações similares às especificações do Projeto Básico e os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra ou o serviço de engenharia objeto da licitação, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução;

II - **Valor unitário** ou **percentual de desconto** (critério definido no preâmbulo, deste edital e conforme estabelecido no sistema);

III - Marca do produto ofertado; **(NÃO APLICÁVEL PARA ESSE CERTAME);**

IV - Modelo que identifique o produto ofertado. **(NÃO APLICÁVEL PARA ESSE CERTAME).**

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.5. A empresa Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÉM  
CNPJ: 13.913.348/0001-11



quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, observado as disposições da Lei nº 14.133/2021.

**6.6.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

**6.7.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**6.8.** Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

**6.9.** O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

**6.10.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas do Município, quando participarem de licitações públicas

**6.11.** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização, e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.**

**7.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**7.2.** O Agente de Contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que estiverem no rol do Art. 59, da Lei 14.133/2021, as que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÉM  
CNPJ: 13.913.348/0001-11



- a) Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- b) A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- c) A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**7.3.** O Agente de Contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

**7.4.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta

**7.5.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que, somente estas participarão da fase de lances.

**7.6.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.

**7.7.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**7.8.** O lance deverá ser ofertado pelo valor **GLOBAL**.

**7.9.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**7.10.** O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior** ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**7.11.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 100,00 (cem reais)**.

**7.12.** Será adotado para o envio de lances no Concorrência Eletrônica modo de disputa **"ABERTO"** e **"FECHADO"** em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.



- a) A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de **15 (quinze minutos)**. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até **10 (dez) minutos**, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- b) Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até **10% (dez por cento)** superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até **05 (cinco) minutos**, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- c) Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- d) Não havendo pelo menos **03 (três) ofertas** nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até **05 (cinco) minutos**, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- e) Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- f) Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- g) Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**7.13.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**7.14.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**7.15.** No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva da Concorrência, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**7.16.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**7.17.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**7.18.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

- a) Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada (Art. 4º da Lei 14.133/2021, Art. 44, § 1º da Lei Complementar 123/2006 e Art. 5º, § 1º do Decreto nº 8.538, de 2015).
- b) A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- c) Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- d) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- e) Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- f) Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÉM**  
**CNPJ: 13.913.348/0001-11**



- f.1) Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- f.2) Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- f.3.) Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- f.4) Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- g) Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- g.1) Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- g.2) Empresas brasileiras;
- g.3) Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 7.19.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da propositado primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- a) A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- b) A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- c) O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÉM**  
**CNPJ: 13.913.348/0001-11**



**7.20.** Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

**8.1.** Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e,
- b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

**8.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

**8.3.** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

- a) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- b) O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- c) Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**8.4.** Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

**8.5.** Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a) Contiver vícios insanáveis;
- b) Não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Básico;
- c) Apresentar preços inexequíveis (art. 59, Inciso III, § 4º, da Lei Federal 14.133/2021) (Acórdão 2198/2023 do Tribunal de Contas da União (TCU) ou



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÉM**  
**CNPJ: 13.913.348/0001-11**



permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário);

- c1) No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.
- d) Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos.

**8.6.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

**8.7.** O Agente de Contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

**8.7.1.** É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no “chat” pelo licitante, antes de findo o prazo.

**8.7.2.** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Agente de Contratação, destacam-se os que contenham as características do serviço ofertado.

**8.8.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Agente de Contratação examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**8.9.** Havendo necessidade, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

**8.10.** O Agente de Contratação poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições adversas das previstas neste Edital.

**8.11.** Os participantes deste processo licitatório, ficam cientes que, para dar efetivo cumprimento as regras estabelecidas pelo Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia, através da RESOLUÇÃO nº 1.383, de 26 de fevereiro de 2019 que altera a Resolução nº 1060/2025, estabelece normas para a apresentação da prestação de contas mensal e anual de Prefeituras e Mesas de Câmaras, passando a exigir no § 2º que os documentos deverão ser apresentados em formato PDF pesquisável convertido a partir de seus arquivos originais (Word, Excel, Libre Office, Open Office, etc), não podendo conter informações ilegíveis; baixa qualidade da resolução dos dados; listas e/ou falhas em seu conteúdo, capaz de impedir o devido encaminhamento e análise por parte do órgão de

contas,

**8.12.** As empresas participantes deste processo, ficam cientes que ao encaminhar os documentos sem atender a essas exigências técnicas expressas no art. 9º, item 45, §2º da Resolução TCM nº 1060/2005 (alterada pela Resolução TCM/BA nº 1383/2009), será declarada desclassificada para continuar no processo licitatório, pois prejudicará a gestão municipal no atendimento das regras de envio da prestação de contas junto ao TCM/BA.

## **9. DA PROPOSTA AJUSTADA E ENVIO DE DOCUMENTOS COMPLEMENTARES**

**9.1.** O Agente de Contratação solicitará ao licitante melhor classificado que, **prazo mínimo de 30 (trinta) minutos até o máximo de 02 (duas) horas a contar da solicitação via chat**, envie a proposta adequada ao último lance juntamente com as planilhas orçamentárias, planilha de composição de preços unitários, cronograma físico e financeiro e detalhamento dos encargos sociais e do BDI, ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**9.1.1.** É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo

**9.1.2.** Em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da proposta ajustada por meio dos e-mails: [licitacao@caem.ba.gov.br](mailto:licitacao@caem.ba.gov.br) e/ou [licitacaoprefcaem@gmail.com](mailto:licitacaoprefcaem@gmail.com). Após o envio do e-mail, o responsável pelo envio deverá entrar em contato com o Agente de Contratação para confirmar o recebimento do e-mail e do seu conteúdo (74-3636-2112). O Agente de Contratação não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do Município de Caém-BA quanto do emissor.

## **10. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

**10.1.** Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**10.2.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia, garantido ao Agente de Contratação, quando houver dúvidas da veracidade da documentação apresentada, a realização de diligências.

**10.3.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na formada lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

**10.4.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**10.5.** Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

**10.6.** A habilitação será verificada por meio da conferência dos documentos inseridos em campo próprio do Portal <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>.

- a) Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

**10.7.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Portal <https://www.portaldecompraspublicas.com.br> e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

- a) A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**10.8.** A verificação pelo Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

- a) Os documentos exigidos para habilitação deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, **prazo mínimo de 30 (trinta) minutos até o máximo de 02 (duas) horas a contar da solicitação via chat.**

a.1) Em caso de impossibilidade de atendimento ao prazo, o licitante deverá solicitar, **dentro do prazo estipulado**, via chat, prorrogação do mesmo.

- b) Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

**10.9.** A verificação da exigência dos documentos será feita em relação ao licitante vencedor.

- a) Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÉM**  
**CNPJ: 13.913.348/0001-11**



Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

- b) Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

**10.10.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#)):

- a) Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- b) Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

**10.11.** Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**10.12.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem.

**10.13.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**10.14.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

**10.15.** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.



## 11. DOS RECURSOS

**11.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art.165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**11.2.** Após a declaração do vencedor, os licitantes terão o prazo de **10 (dez) minutos** para manifestarem, de forma imediata, via sistema, sua intenção de interpor recurso, nos termos do art. 165 da Lei nº 14.133/2021. A ausência de manifestação nesse prazo implicará na preclusão do direito de recorrer.

**11.3.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**11.4.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

- a) O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado no deferimento da manifestação;
- b) Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciada na data de intimação da ata de julgamento.

**11.5.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**11.6.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**11.7.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**11.8.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**11.9.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**11.10.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

## 12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

**12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:**

**12.1.1.** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

**12.1.2.** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

**12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.**

**12.2.1.** A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), de acordo com a fase do procedimento licitatório, ou ainda, se necessário, através de publicação em Diário Oficial do Município.

**13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**13.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, o licitante que, com dolo ou culpa, o licitante/adjudicatário que:

- a) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Agente de Contratação durante o certame;
- b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
  - b.1) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
  - b.2) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
  - b.3) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
  - b.4) Deixar de apresentar amostra;
  - b.5) Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- c) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - c.1) Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;



- d) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- e) Fraudar a licitação;
- f) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- g) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- h) Dar causa à inexecução total do contrato;
- i) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
  - i.1) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - i.2) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  - i.3) Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
    - a) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
    - b) Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

**13.2.** Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar e
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**13.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida.
- b) As peculiaridades do caso concreto
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**13.4.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

- a) Para as infrações previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do item 13.1, a multa será de 10% do valor do contrato licitado.
- b) Para as infrações previstas nos itens “d”, “e” e “f” do item 13.1, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

**13.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**13.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**13.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nas alíneas “a”, “b” e “c” do item 13.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**13.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nas alíneas “d”, “e” e “f” do item 13.1 bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens “a”, “b” e “c” que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

**13.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1, alínea “a”, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

**13.10.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**13.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a

reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**13.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**13.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**13.14.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

#### **14. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO**

**14.1.** Fica assegurado ao Município de Caém, o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

**14.2.** A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

**14.3.** Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

**14.4.** A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

**14.5.** A nulidade da contratação opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

**14.6.** Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

**14.7.** A revogação ou anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

**14.8.** A autoridade competente para anular ou revogar a licitação é o Prefeito Municipal de Caém -BA.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÉM**  
**CNPJ: 13.913.348/0001-11**



## **15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**15.1.** Concluídos os trabalhos, incluindo a fase recursal, o Agente de Contratação encaminhará o processo, devidamente instruído, à apreciação da Autoridade Competente, para expedição e publicação dos atos adjudicatórios e homologatórios.

## **16. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL**

**16.1.** Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato.

**16.2.** O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**16.2.1.** Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

**16.2.2.** O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

**16.3.** O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

**16.3.1.** Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

**16.3.2.** A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

**16.3.3.** A contratada reconhece que as hipóteses de extinção são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos no artigo 139 da mesma Lei.

**16.4.** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.

**16.5.** A duração dos contratos regidos pelo art. 105, caput, da Lei 14.133/2021, pode ultrapassar o exercício financeiro em que celebrados, desde que as despesas a eles referentes sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, permitindo-se, assim, sua inscrição em restos a pagar.

**16.6.** Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÉM**  
**CNPJ: 13.913.348/0001-11**



ou da ata de registro de preços, bem como o disposto no art. 91, § 4º Lei n. 14.133/21.

**16.7.** Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

**16.8.** Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do § 2º do art. 90 da Lei 14.133/2021, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

- I. convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- II. adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição

**16.9.** Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios estabelecidos nos §§ 2º e 4º do artigo 90 da lei 14133/2021.

**16.10.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

**16.11.** A regra do item 16.8 deste edital não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do inciso I do § 4º do artigo 90 da Lei 14.133/2021.

**16.12.** Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo como determina o art. 91, §4º da Lei 14133/2021.

**16.13.** A Administração divulgará em sítio eletrônico oficial, em até 25 (vinte e cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, os quantitativos e os preços unitários e totais que contratar e, em até 45 (quarenta e cinco) dias úteis após a conclusão do contrato, os quantitativos executados e os preços praticados. (art. 94, §3º da lei 14133/2021).

## **17. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL**



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÉM**  
**CNPJ: 13.913.348/0001-11**



**17.1.** As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Projeto Básico e Termo de Referência, anexo a este Edital.

## **18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

**18.1.** Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

## **19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

**19.1.** As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência anexo a este Edital.

## **20. DO PAGAMENTO**

**20.1.** As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

## **21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**21.1.** Da sessão pública da Concorrência Eletrônica divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

**21.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.

**21.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

**21.4.** No julgamento das propostas e da habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**21.5.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**21.6.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**21.7.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÉM**  
**CNPJ: 13.913.348/0001-11**



**21.8.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**21.9.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**21.10.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**21.11.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no endereço eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, e no site oficial [www.caem.ba.gov.br](http://www.caem.ba.gov.br), e também poderá ser lido e/ou obtido no endereço constante no preâmbulo do instrumento, nos dias úteis, no horário das 08h00min (oito horas), às 12h00min (doze horas), mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

**21.12.** O Projeto Básico é o documento base para elaboração do edital, construído pela Secretaria Demandante é peça inseparável deste instrumento. O mesmo possui função de estabelecer as condições mínimas relativas ao objeto da obra e serviços de engenharia que contempla o objeto, devendo ser analisado previamente por parte dos interessados e ter todos os seus itens atentados, bem com os demais itens do instrumento convocatório.

**21.13.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- I. ANEXO I – Declaração que atende aos requisitos habilitatórios;
- II. ANEXO II – Declaração de Enquadramento;
- III. ANEXO III – Termo de Referência;
- IV. ANEXO IV – Projeto Básico;
- V. ANEXO V – Declaração Unificada;
- VI. ANEXO VI – Minuta do Contrato

CAÉM - BAHIA, 13 de novembro de 2024.

**RONALDO ALVES DE OLIVEIRA**  
Secretário de Educação



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÉM**  
**CNPJ: 13.913.348/0001-11**



**ANEXO I**  
**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS HABILITATÓRIOS**

(nome da pessoa física/jurídica) \_\_\_\_\_, inscrita no  
CNPJ/CPF \_\_\_\_\_ sob \_\_\_\_\_ o  
n. \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a).  
\_\_\_\_\_, portador(a) do CPF n. \_\_\_\_\_,

DECLARA, está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, conforme Art.63, § 1º da Lei 14.133, de 2021, bem como tem ciência de que:

1 - Como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), o(a) interessado(a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

1. aqueles inerentes a documentos de identificação;
2. referentes a participações societárias;
3. informações inseridas em contratos sociais;
4. endereços físicos e eletrônicos;
5. estado civil;
6. eventuais informações sobre cônjuges;
7. relações de parentesco;
8. número de telefone;
9. sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
10. informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.

2 - Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.

3 - O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Em, / / .

**ASSINATURA E NOME LEGÍVEL DA PESSOA FÍSICA/JURÍDICA**  
**(SÓCIO RESPONSÁVEL PELA EMPRESA)**





**ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÉM  
CNPJ: 13.913.348/0001-11**



**ANEXO II  
DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA (ME) OU EMPRESA  
DE PEQUENO PORTE (EPP)**

\_\_\_\_\_ inscrito no CNPJ nº \_\_\_\_\_ e Inscrição Estadual nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ DECLARA, sob as penas da lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) e que no ano calendário ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, pretendendo utilizar-se do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, estando ciente das penalidades cabíveis.

Em, / / .

**ASSINATURA E NOME LEGÍVEL DA PESSOA FÍSICA/JURÍDICA  
(SÓCIO RESPONSÁVEL PELA EMPRESA)**



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÉM  
CNPJ: 13.913.348/0001-11



ANEXO III  
TERMO DE REFERÊNCIA

**1. OBJETO**

- 1.1 Contratação de empresa para conclusão da quadra coberta com vestiários, padrão FNDE, no Distrito de Gonçalves, Município de Caém/BA.
- 1.2 **Os serviços desde termo de referência, são caracterizados como comuns** com base na Art.6, XIII da Lei 14.133/2021;
- 1.3 O presente termo de referência tem como base legal a Lei 14.133/2021;
- 1.4 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

**2 DOS FUNDAMENTOS DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A presente contratação fundamenta-se na necessidade de conclusão da quadra poliesportiva coberta com vestiários, localizada no Distrito de Gonçalves, Município de Caém/BA, conforme o projeto padrão estabelecido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A iniciativa visa garantir a entrega de um espaço adequado para a prática esportiva e a promoção de atividades educacionais, culturais e recreativas, alinhado às políticas públicas de incentivo ao esporte e à educação integral.

2.2. A obra em questão foi iniciada, mas encontra-se inacabada, prejudicando o pleno atendimento aos objetivos educacionais e comunitários previstos. A conclusão da quadra é indispensável para que o equipamento público possa ser efetivamente utilizado pela população, fomentando o desenvolvimento social, o bem-estar e a qualidade de vida dos estudantes e moradores do distrito.

2.3. A contratação está amparada na Lei nº 14.133/2021, que regula as licitações e contratos administrativos no Brasil, bem como nas diretrizes do FNDE para a execução de obras no âmbito do Programa de Ações Articuladas (PAR). Além disso, a conclusão da quadra integra os compromissos da gestão municipal com o cumprimento dos objetivos previstos no Plano Municipal de Educação e no Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014), que estabelecem metas relacionadas à infraestrutura escolar e à ampliação das atividades educacionais em período integral.

2.4. Adicionalmente, a contratação atende ao princípio da continuidade do serviço público, conforme previsto no art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988, considerando que a entrega da obra é essencial para atender às demandas locais. A prática esportiva em instalações adequadas contribui significativamente para o desenvolvimento físico, social e emocional dos estudantes, além de promover a inclusão e a integração comunitária.

2.5. Portanto, a conclusão da quadra poliesportiva coberta é uma medida prioritária que assegura a maximização dos investimentos públicos já realizados, evita a deterioração das estruturas existentes e amplia a oferta de serviços educacionais e esportivos de qualidade à população do Distrito de Gonçalves.

.



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÉM  
CNPJ: 13.913.348/0001-11



2.6. O trabalho em questão consiste na realização de uma vistoria in loco identificando as patologias construtivas existentes de uma obra inacabada de quadra padrão do FNDE, meio de métodos não destrutivos.

2.7. A análise preliminar da condição de estabilidade, deterioração da estrutura da obra inacabada da quadra, suas anomalias e falhas aparentes, com determinação do estado de conservação e grau de risco, todos estes itens foram verificados.

2.8. Após vistoria, elaborou-se um diagnóstico geral da edificação, com a identificação das falhas e anomalias dos sistemas construtivos, classificando quanto à criticidade e urgência dos reparos.

2.9. A iniciativa está alinhada com o **interesse público**, em conformidade com o princípio constitucional da eficiência, que visa garantir a dignidade da pessoa humana e respeitar a legalidade. **O processo licitatório, realizado por meio de Concorrência Eletrônica, promove ampla competitividade para obter a proposta mais vantajosa para a Administração** e assegurar a consecução dos objetivos de interesse público.

### 3 VALOR DA CONTRATAÇÃO

3.1 O custo estimado total da contratação é de R\$ 1.177.120,80 (um milhão, cento e setenta e sete mil cento e vinte reais e oitenta centavos), conforme custos unitários apostos nos anexos;

### 4. ESPECIFICAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os serviços serão executados conforme planilhas (MEMORIAL DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS) e projetos anexados ao processo.

### 5- DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO. TIPO DE JULGAMENTO. REGIME DE EXECUÇÃO, LOCAL E DA FORMA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

5.1. A licitação para contratação de empresa **para reforma de prédio público** será realizado na modalidade **CONCORRÊNCIA** e tipo de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL** (Art. 6º, inciso XXXVIII, "a", da Lei 14.133/2021);

5.2 Fica estabelecida a forma de **execução indireta sob regime de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, nos termos do artigo art. 6º, XXVIII, da Lei 14.133/21;

5.3 Os serviços deverão ser realizados **na sede do Município de Caém-BA**, conforme descrito no Projeto Básico.

5.4 A Composição detalhada dos serviços a serem executadas constam no Projeto Básico, que é composto de Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Relatórios e resumos, que instruem o presente termo.

### 6 – DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para a conclusão da quadra poliesportiva coberta com vestiários, conforme padrões arquitetônicos e técnicos estabelecidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A obra encontra-se parcialmente executada, exigindo a continuidade dos serviços necessários para a entrega final de uma infraestrutura segura,



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÉM  
CNPJ: 13.913.348/0001-11



funcional e adequada às necessidades educacionais e comunitárias do Distrito de Gonçalves, no Município de Caém/BA.

6.2. A conclusão da quadra abrange a execução das etapas remanescentes, contemplando os seguintes aspectos:

1. **Estrutura e Cobertura:** finalização de elementos estruturais e cobertura, garantindo segurança e proteção contra intempéries.
2. **Acabamentos e Revestimentos:** aplicação de pisos, pintura e demais acabamentos que assegurem funcionalidade, conforto e durabilidade.
3. **Instalações Hidrossanitárias e Elétricas:** conclusão das redes internas e externas, com adequação às normas técnicas vigentes, assegurando pleno funcionamento e segurança.
4. **Vestiários e Sanitários:** finalização dos ambientes destinados ao uso dos estudantes e da comunidade, garantindo acessibilidade e conforto, dentre outros.

6.3 A solução também está alinhada às especificações técnicas e ao layout padrão do FNDE, assegurando que a estrutura atenda aos critérios de qualidade e funcionalidade previstos no projeto inicial. A quadra será um espaço polivalente, adequado para práticas esportivas como futsal, vôlei e basquete, além de possibilitar a realização de eventos culturais e sociais.

6.4. Com a conclusão da obra, será possível ampliar as oportunidades educacionais e esportivas, promovendo inclusão, saúde e qualidade de vida para os estudantes e a população local. A infraestrutura finalizada terá impacto direto no fortalecimento da educação integral, no estímulo à convivência comunitária e no desenvolvimento social do Distrito de Gonçalves.

## 7 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. Os custos com a presente contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

**UNIDADE: 20.50.2 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**ACÃO: 1.002 - INVESTIMENTOS EM EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS**

**ELEMENTO DE DESPESA: 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações**

**FONTES DE RECURSOS: 15690000 - Outras Transferências de Recursos do FNDE**

15420000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT

15001001 - Recurso não Vinculado de Imposto destinado a Despesa com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

## 8. PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

8.1 O prazo de execução será de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da emissão de Ordem de Serviço, e o prazo de vigência do contrato será de 24 (vinte e quatro) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ocorrer a prorrogação, caso cumpra os requisitos dos artigos 106 e 107, da Lei nº 14.133/2021.

8.2 A vigência dos contratos regidos por esta lei deverá observar no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade dos créditos orçamentários, bem como, a previsão do plano Plurianual quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro, desde que atendido o disposto no art. 105, ou desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar do ano corrente;

8.3 A Administração Pública poderá celebrar contratos de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de fornecimentos contínuos, desde que observados o definido no art. 106 da Lei 14.133/2021.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÉM**  
**CNPJ: 13.913.348/0001-11**



## **9 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

9.1. Para que o objeto da contratação seja atendido, é necessário o atendimento de alguns requisitos mínimos necessários, dentre eles os de qualidade e capacidade de execução pelo contratado, minimamente os dispostos nos artigos 62, 66, 67, 68 e 69 da Lei Federal 14.133/2021.

9.2. Sendo assim, os documentos exigidos serão:

### **9.3. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

9.3.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

9.3.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

9.3.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório com foto, de seus administradores;

9.3.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.3.5. Nos casos de sociedades simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

9.3.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.3.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.3.8. No caso de exercício de atividade específica e fiscalizada por conselho, apresentar documento comprobatório de registro ou autorização para atuação, expedido pelo órgão competente.

9.4. Declaração Unificada, conforme Anexo I do presente instrumento convocatório;

9.5. Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial do Estado sede do licitante, expedida nos últimos 60 (sessenta) dias que antecedem a data aprazada para o início da sessão.

9.5.1. Justifica-se a presente exigência visto se tratar de um documento essencial para informar a situação da empresa para com a Junta Comercial do Estado da empresa, bem como em relação às alterações posteriores às possíveis consolidações.

### **9.6. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

9.6.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÉM**  
**CNPJ: 13.913.348/0001-11**



9.6.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.6.3. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, através de certidão negativa expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual;

9.6.4. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, através de certidão negativa expedida pela Secretaria da Fazenda Municipal;

9.6.5 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.6.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.6.7. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.6.8. Declaração em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

9.6.9. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que está presente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

#### **9.7. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

9.7.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

9.7.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício, e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

9.7.3. Os documentos referidos no subitem anterior, limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos (contados da data da publicação deste edital);

9.7.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação, ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, conforme artigo 65, §1º, da Lei nº 14.133/2021;

9.7.5. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

9.7.6. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG = Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total

SG = Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante

LC = Passivo Circulante



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÉM**  
**CNPJ: 13.913.348/0001-11**



9.7.7. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

9.7.8 Os índices estabelecidos atendem ao disposto no art. 69, caput e §5º, da Lei 14.133/21, pois permitem a comprovação de uma avaliação mais precisa da situação financeira da empresa de forma objetiva, os mesmos foram estabelecidos observando percentuais usualmente adotados no mercado para a avaliação da situação financeira das empresas e não frustram ou restringem o caráter competitivo do certame, pois foram estabelecidos em patamares mínimos aceitáveis, com intuito de garantir a continuidade da execução dos serviços, objeto desta licitação.

9.7.9. Os índices devem ser apresentados devidamente assinado pelo responsável da empresa e pelo profissional de contabilidade. Devendo também constar a Certidão de Regularidade Profissional, fornecido pelo Conselho Regional de Contabilidade em nome do profissional de contabilidade responsável pela confecção do documento.

9.7.10. Disponibilidade Financeira Líquida (DFL) maior ou igual ao orçamento oficial do serviço (art. 69, § 3º, Lei 14.133/2021).

$DFL = (10 \times \text{Patrimônio Líquido}) - VA$

Onde:

VA = Somatório dos saldos contratuais dos serviços e serviços em andamento ou a iniciar, devidamente comprovados através de documento exigido na relação de compromissos assumidos, deste instrumento convocatório.

## **9.8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

9.8.1. A empresa licitante deverá estar devidamente registrada no Conselho Regional de Engenharia (CREA). Na data prevista para a entrega da proposta, apresentará a Certidão de Registro e Quitação que comprova a situação do registro da empresa no conselho, quanto à sua regularidade e anuidade.

9.8.2. Comprovação da capacidade técnico-profissional – apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação e que tenha valor individual igual ou superior a 4% do valor total estimado da contratação (art. 67, §1º da lei 14133/2021).

9.8.3. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica, acima elencados, deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; Contrato de Prestação de Serviços, com data de assinatura anterior à da abertura dos envelopes da licitação; ou Termo de Compromisso assinado pelo profissional, com data anterior à da abertura dos envelopes da licitação.

9.8.4. Os profissionais participantes da Equipe Técnica deverão ser os mesmos que assinarão as ARTs de execução de obras /serviços.





ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÉM  
CNPJ: 13.913.348/0001-11



9.8.5. Os atestados de capacidade técnico-profissional, e/ou Anotações de Responsabilidade Técnica (ART's) e Certificado de Acervo deverão estar devidamente registrados no Conselho Regional Técnico (CAT) de Engenharia (CREA) da região onde os serviços foram executados, comprovando que os responsáveis técnicos constantes do quadro técnico da licitante executam ou executaram serviços similares, em vulto e tipologia aos da contratação pretendida.

9.8.6. Comprovação de capacidade técnico-operacional: pelo menos 01 (um) atestado em nome da licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, suficientes para comprovar a aptidão em execução de obras similares em porte e complexidade ao objeto desta licitação, contempladas separadamente ou em conjunto, para as parcelas de maior relevância, descrita na planilha orçamentária.

9.8.7. A empresa licitante, a seu critério, poderá declinar da visita técnica sendo, neste caso, necessário apresentar declaração formal assinada pelo Responsável Técnico e Responsável Legal da empresa licitante, sob as penalidades da lei, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, e sobre os locais dos serviços, e se inteirou dos serviços a serem executados, avaliando os problemas futuros e o grau de dificuldades a serem enfrentadas, de modo que os custos cubram quaisquer problemas decorrentes da sua execução assumindo total responsabilidade por esta declaração, ficando impedida, no futuro, de pleitear por força do conhecimento declarado, quaisquer alterações contratuais, de natureza técnica e/ou financeira.

9.8.8. Em caso de manifestação de desejo de realizar a visita técnica, fica a Proponente obrigada a realizar agendamento com a Secretária Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos, em dias úteis, das 8:00 às 12:00hs. A visita técnica poderá ser realizada até 01 (um) dia útil anterior à apresentação das propostas, desde que agendada em data também anterior.

9.8.9. Indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

## 10.DA GARANTIA

Durante a assinatura do contrato, **a contratada é obrigada a fornecer uma garantia** equivalente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato. A contratada tem a opção de escolher uma das modalidades a seguir, conforme estipulado no Artigo 96 da Lei 14.1333/2021:

- ✓ **Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública** emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
- ✓ **Seguro-garantia;**
- ✓ **Fiança bancária** emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;
- ✓ **Título de capitalização** custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

## 12 - MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1. A fiscalização decorrente desta contratação, **será acompanhada e fiscalizada por servidor designado através de Portaria, pela autoridade competente**, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição, nos termos do artigo 117 da Lei 14.133/2021.





ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÉM  
CNPJ: 13.913.348/0001-11



12.2 O fiscal do contrato **anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato**, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

12.3. O fiscal do contrato **informará a seus superiores**, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a **situação que demandar decisão ou providencia que ultrapasse sua competência**.

12.4. **O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico** e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

12.5. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

12.6. O gestor do contrato, terá como atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, especialmente:

- I - analisar a documentação que antecede o pagamento;
- II - analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- III - analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;
- IV - analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;
- V - acompanhar o desenvolvimento da execução através de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;
- VI - decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;

12.7. O contratado deverá indiciar um responsável legal com respectivos contatos (e-mail, celular e WhatsApp), com poderes para representá-lo perante essa Municipalidade na execução do contrato decorrente da licitação objeto deste termo de referência.

12.8. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração durante a prestação do serviço e/ou fornecimento do bem para representá-lo na execução do contrato.

### **13 - DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DOS CRITÉRIOS PARA MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

13.1. A obra deverá ser entregue livre de entulhos, depósitos de materiais utilizados na obra ou qualquer forma de material estranho resultantes da execução da obra, bem como limpo e em condições de uso. Inclusive pintado se necessário for.

13.2. **A obra deverá ser recebida pelos órgãos fiscalizadores**, podendo, portanto, os mesmos solicitar exigências que por ventura não foram cumpridas no projeto ou no memorial descritivo.

13.3. O objeto desta licitação será recebido:

a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado.

b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, em até 90 (noventa) dias.



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÉM  
CNPJ: 13.913.348/0001-11



c) **Não será aceita entrega parcial do serviço**, nem serviço em desconformidade com os projetos, sob pena de rejeição do serviço.

d) **O Fiscal acompanhará a execução e emitirá relatório** onde constatará a conclusão ou não do serviço para emissão da nota fiscal no valor corresponde ao cronograma;

e) Em se tratando de obra, o recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, admitida a previsão de prazo de garantia superior no edital e no contrato, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias.

13.4. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, respeitada a ordem cronológica prevista no artigo 142 da 14.133/2021.

13.5. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o Órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

13.6. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei 14.133/2021.

13.7. O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo Servidor Designado, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, acompanhada das Certidões Negativas de Débitos Previdenciários, Trabalhistas, FGTS, Fazendas Federal, Estadual e Municipal.

13.8. O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

13.9. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

13.10. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

13.11. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo artigo 12 da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime, em relação às suas receitas próprias, desde que, a cada pagamento, apresente a declaração de que trata o artigo 6º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

13.12. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante transferência bancária, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

13.13. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÉM  
CNPJ: 13.913.348/0001-11



13.14. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

#### 14 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1. Efetuar o pagamento ajustado, no prazo e nas condições estabelecidas neste instrumento;

14.2. **Designar**, por meio da Contratante, pessoas responsáveis pelo encaminhamento e fiscalização do cumprimento do objeto;

14.3. **Fornecer** atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações Contratuais;

14.4. **Anotar** as falhas decorrentes da execução do contrato, em registro próprio e comunicar imediatamente a contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;

14.5. **Aplicar** à contratada as sanções regulamentares e contratuais, quando se fizer necessário, garantindo-se o contraditório e a ampla defesa;

14.6. **Prestar** as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada;

14.7. **Verificar** minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto provisoriamente com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

14.8. **Notificar** o contratado, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constantes no objeto, para que sejam corrigidos.;

14.9. **Verificar** se o objeto entregue pela contratada está em conformidade com as especificações técnicas e funcionalidades constantes deste contrato podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer item que esteja em desacordo com as especificações técnicas descritas no edital/contrato e na proposta da contratada;

14.10. **Notificar o Contratado**, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

14.11. **Expedir ordem de início de execução específica para o início do presente contato**, devendo ser assinada no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento, com especificações necessárias à perfeita execução do objeto;

14.12. **É de total responsabilidade da CONTRATANTE**, a conferência dos quantitativos do objeto, entregues ou prestados pela empresa vencedora, no momento da apresentação das comandas devidamente assinadas pelos responsáveis, após a conclusão total do pedido;

14.13. A CONTRATANTE poderá rejeitar a execução do objeto, se os itens ou serviços que o compõem sejam entregues ou prestados em desacordo com as especificações e condições deste termo de referência/projeto básico, do edital e do contrato. Nessa hipótese, o recebedor deverá emitir termo de recusa e devolução dos itens;

14.14. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que é pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021;



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÉM**  
**CNPJ: 13.913.348/0001-11**



14.15. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

14.16. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**15 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

15.1. Responsabilizar -se por quaisquer ônus, despesas, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, de acidentes de trabalho, bem como alimentação, transporte ou outro benefício de qualquer natureza, decorrentes do fornecimento e com todos os encargos sociais previstos na legislação vigente e de quaisquer outros em decorrência da sua condição de empregadora.

15.2. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionados ao fornecimento, originalmente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.

15.3. Não se valer deste Contrato para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito, a serem auferidos em função do fornecimento/serviços realizado (s), em quaisquer operações de desconto bancário, sem prévia autorização do Contratante.

15.4. **Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao contratante e/ou terceiros**, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas.

15.5. Manter, durante o período de vigência do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação previamente exigidas no Edital.

15.6. **Responsabilizar -se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, em decorrência de sua culpa ou dolo**, na execução deste contrato, na forma do que dispõe o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

15.7. **Responsabilizar -se pelos encargos trabalhistas, previdenciário, fiscal e comercial** resultantes do objeto deste contrato, na forma do que dispõe o art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

15.8. **Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto**, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

15.9. **Disponibilizar funcionários em número suficiente para garantir a entrega/execução** dentro do prazo estabelecido.

15.10. Prestar os serviços / entregar os produtos em perfeitas condições de uso, no local, dia e horário indicados.

15.11. **Zelar pela qualidade e segurança dos serviços a serem prestados/ produtos entregues, bem como pela segurança de seus funcionários, inclusive com a disponibilização dos EPIs e EPCs necessários.**

15.12. Notificar a CONTRATANTE caso sejam necessárias quaisquer adequações nos serviços/produtos entregues.

15.13. Cumprir rigorosamente as especificações e exigências do Contrato.

15.14. Permitir o livre acesso aos documentos e registros contábeis da empresa, referentes ao objeto contratado, para os servidores dos órgãos e entidades públicas concedentes e dos órgãos de controle interno e externo.

15.15. Nos preços apresentados deverão estar inclusos todos os custos necessários ao perfeito cumprimento das obrigações, tais como, encargos sociais, tributos diretos e indiretos sobre a execução do objeto deste certame.

15.16. Os preços dos produtos não sofrerão alterações em virtude de fretes, impostos ou quaisquer outras despesas, que ocorrerão por conta do fornecedor.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÉM**  
**CNPJ: 13.913.348/0001-11**



15.17. Permitir o livre acesso à fiscalização da execução do que consta a Clausula Primeira deste Contrato, à pessoa credenciada pelo Município, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento pactuado, quando em missão de monitoramento, acompanhamento ou auditoria.

15.18. A contratada responderá por todos os danos decorrentes de paralisações dos dos serviços, salvo na ocorrência de motivo de força maior, apurados na forma da legislação vigente, e desde que comunicados à Contratante no prazo de quarenta e oito horas do fato, ou da ordem expressa e escrita da Contratante.

15.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021).

15.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021).

15.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.

15.22. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

## **16. JUSTIFICATIVA PARA A DISPENSA DA ELABORAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)**

16.1. A dispensa da elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP) para a contratação destinada à conclusão da obra de construção da quadra coberta com vestiário, padrão FNDE, encontra-se amparada pelo arcabouço legal vigente e fundamenta-se no fato de se tratar de uma obra remanescente, com elementos técnicos e projetos já previamente definidos, cuja execução já foi parcialmente realizada.

16.2. O ETP é exigido nos casos em que se pretende identificar a solução técnica mais vantajosa para atender a determinada necessidade pública, sendo essencial para subsidiar a tomada de decisão no planejamento inicial de contratações. Contudo, a natureza remanescente da obra implica na continuidade dos serviços com base nos mesmos parâmetros e padrões previamente estabelecidos, eliminando a necessidade de um estudo técnico adicional para identificação de soluções alternativas. A reavaliação seria redundante e contrária aos princípios da eficiência e da economicidade, conforme previstos **na Constituição Federal de 1988** e reforçados pela **Lei nº 14.133/2021**.

16.3. Adicionalmente, a conclusão da obra exige a continuidade dos serviços previamente iniciados, utilizando-se os mesmos parâmetros técnicos e padrões construtivos. Assim, o objeto da contratação está claramente delimitado, sendo inviável e desnecessária a reavaliação das alternativas técnicas para a sua execução.

16.4. Além disso, o planejamento inicial já foi devidamente realizado e validado pelas instâncias competentes no momento da concepção do projeto. A análise técnica consolidada no memorial descritivo, nas plantas arquitetônicas e nos demais documentos técnicos atesta que a contratação, nos moldes propostos, é a solução mais adequada e vantajosa para assegurar a conclusão da obra e o pleno atendimento às necessidades da comunidade.



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÉM  
CNPJ: 13.913.348/0001-11



16.5. Ressalta-se ainda que a elaboração de um novo ETP, neste contexto, implicaria duplicidade de esforços e contrariedade ao princípio da eficiência, considerando que a análise técnica para viabilização da obra já foi realizada no momento da concepção do projeto original, devidamente validado pelas instâncias competentes.

16.6. Portanto, considerando que:

1. O projeto técnico é consolidado e aprovado.
2. A continuidade dos serviços segue os padrões previamente definidos.
3. A legislação vigente exime a obrigatoriedade do ETP em casos de objetos já especificados, como obras remanescentes.

16.7. A dispensa da elaboração do Estudo Técnico Preliminar está devidamente fundamentada, garantindo a legalidade e a eficiência na gestão dos recursos públicos.

## 17 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. O Município de Caém-Ba, **reserva-se no direito de impugnar o serviço prestado**, se esses não estiverem de acordo com as especificações contidas neste Termo de referência.

16.2. Os casos omissos serão resolvidos com base nos dispositivos constantes na Lei 14.133/2021.

**RONALDO ALVES DE OLIVEIRA**  
Secretário de Educação





ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÉM  
CNPJ: 13.913.348/0001-11



#### ANEXO IV PROJETO BÁSICO

Planilhas, Cronogramas e Planilha de BDI, necessários à elaboração das propostas encontram-se compactados e disponibilizados, juntamente com o Edital,

Os demais documentação (projeto arquitetônico, estrutural, hidráulico, dentre outros) encontra-se disponível nos links abaixo:

[https://www.fn.de.gov.br/phocadownload/programas/plano\\_de\\_acoes\\_articuladas/projetos\\_arquitetonicos/quadra\\_coberta\\_com\\_vestiariorqcv\\_memorial\\_descritivo\\_do\\_projeto.pdf](https://www.fn.de.gov.br/phocadownload/programas/plano_de_acoes_articuladas/projetos_arquitetonicos/quadra_coberta_com_vestiariorqcv_memorial_descritivo_do_projeto.pdf)

[https://www.fn.de.gov.br/phocadownload/programas/plano\\_de\\_acoes\\_articuladas/projetos\\_arquitetonicos/quadra\\_coberta\\_vestiariorprojetos\\_complementares.zip](https://www.fn.de.gov.br/phocadownload/programas/plano_de_acoes_articuladas/projetos_arquitetonicos/quadra_coberta_vestiariorprojetos_complementares.zip)

[https://www.fn.de.gov.br/phocadownload/programas/plano\\_de\\_acoes\\_articuladas/projetos\\_arquitetonicos/quadra\\_coberta\\_vestiariorprojeto\\_estrutural.zip](https://www.fn.de.gov.br/phocadownload/programas/plano_de_acoes_articuladas/projetos_arquitetonicos/quadra_coberta_vestiariorprojeto_estrutural.zip)

[https://www.fn.de.gov.br/phocadownload/programas/plano\\_de\\_acoes\\_articuladas/projetos\\_arquitetonicos/quadra\\_coberta\\_vestiariorarquitetura.zip](https://www.fn.de.gov.br/phocadownload/programas/plano_de_acoes_articuladas/projetos_arquitetonicos/quadra_coberta_vestiariorarquitetura.zip)

Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional FNDE																
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE REPACTUAÇÃO DE OBRA INACABADA (INICIADA)																
DADOS DA OBRA						LEGENDA										
PROJETO:	QUADRA COM VESTIÁRIO- padrão FNDE					○	Serviço que não será executado (executado 100% no pacto original) - (ZERAR QUANTITATIVOS)									
ID DE IDENT:				BDI:	27%	●	Serviço complementar remanescente do pacto original - executado parcialmente no contrato anterior, ou que será mantido por ocasião da repactuação, ou mesmo que deverá ser refletido por ocasião da retomada da obra.									
NOME OBRA:	OBRA INACABADA (ID SIMEC: 1007282)				Refer.:	Sinapi 08/2024	●	Novos serviços incluídos na planilha em decorrência de elementos ou sistemas construtivos condenados no laudo Técnico de vistoria. (Exemplos, tais como: demolições, remoções, retradas, refazimentos, bota-foras, outros)								
Endereço:				Encargos sociais:	SEM desoneração	●	Serviços provenientes de alterações de Projeto (Serviços trocados por outros serviços ou alteração de especificação técnica de materiais). Exemplos: adequações de acessibilidade, acréscimos e outras adequações pertinentes.									
PLANILHA DE REPACTUAÇÃO COM BASE NA PLANILHA DO PACTO ORIGINAL																
SERVIÇOS PLANILHA DO PACTO ORIGINAL					SERVIÇOS EXECUTADOS (QUANT. ACUMULADO)		SERVIÇOS DA NOVA PACTUAÇÃO					SERVIÇOS COMPLEMENTARES		VALORES ATUALIZADOS (REPACTUAÇÃO) Sinapi: 01/2024 e ORSE 01/2024 (sem desoneração)		
ITEM	CÓDIGO	FONTE	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS		UNID.	QUANT.	CÓDIGO	FONTE	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS		UND	QTD	VALOR UNIT. SEM BDI	VALOR UNIT. COM BDI	VALOR TOTAL	% DO VALOR TOTAL
1.0			SERVIÇOS PRELIMINARES						SERVIÇOS PRELIMINARES						17.304,21	
1.1			Abrigo provisório c/ pavimento para alojamento e depósito		m²	12,00										
1.2			Placa da obra padrão governo federal		m²	3,00	103689	SINAPI	Fornecimento e instalação de placa de obra com chapa galvanizada e estrutura de madeira. af_03/2022 ps		m²	10,00	R\$ 441,14	R\$ 560,25	R\$ 5.602,48	
1.3			Locação da obra - instalações provisórias de esgoto		m²	861,56										
1.4			Instalações provisórias de esgoto		Un	1,00										
1.5			Instalações provisórias de energia		Un	1,00										
1.6			Instalação provisória de água		Un	1,00										
1.7			Tapume com compensado de madeira. af_05/2018				98458	SINAPI	Tapume com compensado de madeira. af_05/2018		m²	98,00	R\$ 94,02	R\$ 119,41	R\$ 11.701,73	
2.0			MOVIMENTO DE TERRA						MOVIMENTO DE TERRAS PARA FUNDAÇÕES						-	
2.1			Escavação manual solo de 1a cat. prof. até 1,50m		m³	54,00			Escavação manual solo de 1a cat. prof. até 1,50m		m³			R\$ -	R\$ -	-
2.2			Aterro c/ compactação manual s/ controle, mat. c/ aquisição		m³	295,00			Aterro c/ compactação manual s/ controle, mat. c/ aquisição		m³			R\$ -	R\$ -	-
2.3			Reaterro c/ compactação manual s/ controle, material da vala		m³	37,40			Reaterro c/ compactação manual s/ controle, material da vala		m³			R\$ -	R\$ -	-
2.4			Carga manual de entulho em caminhão basculante		m³	15,00			Carga manual de entulho em caminhão basculante		m³			R\$ -	R\$ -	-
2.5			Transporte de material, exceto rocha em caminhão até 10km		m³	15,00			Transporte de material, exceto rocha em caminhão até 10km		m³					-
3.0			INFRAESTRUTURA						INFRAESTRUTURA						138.799,51	
3.1			SAPATAS						SAPATAS						R\$ -	-
3.1.1			Lastro de concreto magro traço 1:4:8, espessura 5 cm, preparo mecânico		m²	15,00			Lastro de concreto magro traço 1:4:8, espessura 5 cm, preparo mecânico		m²			R\$ -	R\$ -	-
3.1.2			Forma plana chapa compensada plastificada, esp.= 12mm util. 5x		m²	26,60			Forma plana chapa compensada plastificada, esp.= 12mm util. 5x		m²			R\$ -	R\$ -	-
3.1.3			Concreto armado fck 25 MPa, usinado, inclusive lançamento		M³	6,30			Concreto armado fck 25 MPa, usinado, inclusive lançamento		M³				R\$ -	-
3.2			VIGAS E BALDRAMES						VIGAS E BALDRAMES						R\$ 138.799,51	
3.2.1			Forma plana chapa compensada plastificada, esp.= 12mm util. 5x		M²	260,60	44	COMPOSIÇÃO	Forma plana chapa compensada plastificada, esp.= 12mm util. 5x		M²	260,60	R\$ 67,93	R\$ 86,27	R\$ 22.482,29	
3.3			Concreto armado fck 25 MPa, usinado, inclusive lançamento		M³	34,30	45	COMPOSIÇÃO	Concreto armado fck 25 MPa, usinado, inclusive lançamento		M³	34,30	R\$ 2.377,50	R\$ 3.019,43	R\$ 103.566,28	
3.3.1			Impermeabilização com tinta betuminosa em fundações		m²	72,00	46	COMPOSIÇÃO	Impermeabilização com tinta betuminosa em fundações		m²	72,00	R\$ 139,45	R\$ 177,10	R\$ 12.750,94	
4			SUPERESTRUTURA						SUPERESTRUTURA						17.690,05	
4.1			PILARES						CONCRETO ARMADO - VIGAS						R\$ 9.638,67	
4.1.1			Forma plana chapa compensada plastificada, esp.= 12mm util. 5x		m²	185,50	92269	SINAPI	Fabricação de fôrma para pilares e estruturas similares, em madeira serrada, e=25 mm. af_09/2020		m²	23,40	152,05	R\$ 193,10	R\$ 4.518,62	
4.1.2			Concreto armado fck 25 MPa, usinado, inclusive lançamento		m³	18,00	94965	SINAPI	Concreto fck = 25mpa, traço 1:2,3:2,7 (em massa seca de cimento/ areia média/ brita 1) - preparo mecânico com betoneira 400 L. af_05/2021		m³	1,80	550,56	R\$ 699,21	R\$ 1.258,58	
4.1.3							92763	SINAPI	Armação de pilar ou viga de estrutura convencional de concreto armado utilizando aço ca-50 de 12,5 mm - montagem. af_06/2022		kg	71,14	9,41	R\$ 11,95	R\$ 850,17	
4.1.4							96543	SINAPI	Armação de bloco, viga baldrame e sapata utilizando aço ca-60 de 5 mm - montagem. af_06/2017		kg	14,80	21,37	R\$ 27,14	R\$ 401,67	
4.1.5							90281	SINAPI	Grout (fck=30 mpa; traço 1:0,02:0,9-1:2 (em massa seca de cimento/ cal/ areia grossa/ brita 0) - preparo mecânico com betoneira 400 L. af_09/2021 RECURSOS DE PILARES		M3	2,56	803,92	R\$ 1.020,98	R\$ 2.609,63	
4.2			VIGAS						VIGAS						R\$ 4.275,55	
4.2.1			Forma plana chapa compensada plastificada, esp.= 12mm util. 5x		m²	7,50	92270	SINAPI	Fabricação de fôrma para vigas, com madeira serrada, e = 25 mm. af_09/2020		m²	13,77	R\$ 178,95	R\$ 227,27	R\$ 3.129,46	
4.2.2			Concreto armado fck 25 MPa, usinado, inclusive lançamento		m³	7,50	94965	SINAPI	Concreto fck = 25mpa, traço 1:2,3:2,7 (em massa seca de cimento/ areia média/ brita 1) - preparo mecânico com betoneira 400 L. af_05/2021		m³	0,69	550,56	R\$ 699,21	R\$ 482,46	
4.2.3							92761	SINAPI	Armação de pilar ou viga de estrutura convencional de concreto armado utilizando aço ca-50 de 8,0 mm - montagem. af_06/2022		kg	30,10	12,71	R\$ 16,14	R\$ 485,87	
4.2.4							96543	SINAPI	Armação de bloco, viga baldrame e sapata utilizando aço ca-60 de 5 mm - montagem. af_06/2017		kg	6,55	21,37	R\$ 27,14	R\$ 177,77	
4.3			LAJE PREMOLDADA						LAJE PREMOLDADA						R\$ 3.775,83	
4.3.1							1	COMPOSIÇÃO	Demolição de laje pré fabricada		m2	7,98	33,48	R\$ 30,46	R\$ 243,06	
4.3.2			Laje premoldada para forro (e=12cm), inclusive capeamento (e=4cm) e escoramento		m²	88,60	7823	ORSE	Laje pré-fabricada treliçada para piso ou cobertura, intereixo 38cm, h=16cm, el. enchimento em EPS h=12cm, inclusive escoramento em madeira e capeamento 4cm.		m2	7,98	220,76	R\$ 280,37	R\$ 2.237,31	
4.3.3							93184	SINAPI	VERGA PRÉ-MOLDADA COM ATÉ 1,5 M DE VÃO, ESPESSURA DE "20" CM. AF_03/2024		m	33,90	80,69	R\$ 38,21	R\$ 1.295,46	
5			PAREDES E PAINÉIS						PAREDES E PAINÉIS						26.491,08	
5.1			Alvenaria de tijolo cerâmico (9x19x24)cm, e= 0,09m, com argamassa (traço 1:2:8 - cimento/cal/areia), junta de 2,0cm		m²	331,00	103322	SINAPI	Alvenaria de vedação de blocos cerâmicos furados na vertical de 9x19x39 cm (espessura 9 cm) e argamassa de assentamento com preparo em betoneira. af_12/2021		m²	18,81	R\$ 60,44	R\$ 76,76	R\$ 1.443,83	
5.2			Alvenaria de tijolo cerâmico (9x19x24)cm, e= 0,19m, com argamassa (traço 1:2:8 - cimento/cal/areia), junta de 2,0cm		m²	183,00										
5.3			Alvenaria de tijolo cerâmico maciço (4x9x17), esp = 0,04m, com argamassa (traço 1:2:8 - cimento/cal/areia), junta de 2,0cm		m²	28,00										
5.4			Elemento vazado de concreto (40x40x7cm) assentados com argamassa (imento e areia traço 1:3)		M³	6,00										
5.5			Elemento vazado de concreto (50x50x10cm) anti-chuva assentados com argamassa (imento e areia traço 1:3)		m²	140,10	101161	SINAPI	Alvenaria de vedação com elemento vazado de concreto (cobogós) de 7x50x50cm e argamassa de assentamento com preparo em betoneira. AF_05/2020			94,96	R\$ 207,69	R\$ 263,77	R\$ 25.047,25	
6			COBERTURA						COBERTURA						348.093,04	
6.1							2	COMPOSIÇÃO	REVISÃO ESTRUTURA METÁLICA		m²	1.114,00	171,79	R\$ 218,17	R\$ 243.095,62	
6.2			Estrutura de aço em arco vão de 30m		M³	1.114,00										
6.3			Telha metálica em chapa galvanizada		m²	1.114,00	94213	SINAPI	Telhamento com telha de aço/alumínio e = 0,5mm, com até 2 águas, incluso içamento. AF_07/2019		m²	1.114,00	R\$ 74,25	R\$ 94,30	R\$ 105.047,42	
7			ESQUADRIAS						ESQUADRIAS						18.436,34	
7.1			Porta de madeira (1,00x2,10 m) com bandeira (1,00x0,80 m) - inclusive ferragens, conforme projeto de esquadrias		un	2,00	3	COMPOSIÇÃO	Porta em madeira compensada (canela), lisa, semi-ôca, 1,00 x 2,10 m, revestida c/forica, inclusive batentes e ferragens			2,00	1.392,35	R\$ 1.768,29	R\$ 3.536,58	
7.2			Porta de madeira (0,90x2,10 m) - inclusive ferragens, conforme projeto de esquadrias		un	1,00	90844	SINAPI	Porta em madeira para pintura, semi-ôca (leve ou media), pintura interna, 90x210cm, espessura de 3,5cm, itens inclusos dobradiças, montagem e instalação do batente, fechadura com execução do furo - fornecimento e instalação.		m²	1,00	R\$ 1.239,28	R\$ 1.573,89	R\$ 1.573,89	
7.3			Porta de madeira - Banheiros e Sanitários (0,60 m) completa inclusive targeta metálica		un	4,00	4	COMPOSIÇÃO	Porta de abrir - Box em madeira laminado 0,60x1,70m (PNE), incluso marco, dobradiças e targeta tipo LIVRE/OCUPADOconforme projeto		m²	4,00	R\$ 2.094,96	R\$ 2.660,60	R\$ 10.642,40	
7.4			Porta de madeira - Banheiros e Sanitários (0,80 m) completa inclusive targeta metálica - WC PNE		un	2,00	5	COMPOSIÇÃO	Porta de abrir - Box em madeira laminado 0,80x1,70m, incluso marco, dobradiças e targeta tipo LIVRE/OCUPADOconforme projeto		m²	1,00	R\$ 2.112,97	R\$ 2.683,48	R\$ 2.683,48	
8			REVESTIMENTOS						REVESTIMENTOS						43.751,69	
8.1			Chapisco c/argamassa de cimento e areia s/ peneirar traço 1:3 esp.= 5mm p/ parede		m²	960,10	87878	SINAPI	Chapisco aplicado em alvenarias e estruturas de concreto internas, com colher de pedreiro. Argamassa traço 1:3 com preparo em betoneira 400L. AF_10/2022		m²	60,10	R\$ 5,36	R\$ 6,81	R\$ 409,11	
8.2			Emboço c/argamassa de cimento e areia s/ peneirar, traço 1:7		m²	409,10	87529	SINAPI	MASSA ÚNICA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO, APLICADA MANUALMENTE EM PAREDES INTERNAS DE AMBIENTES COM ÁREA ENTRE SM² E 10M². E = 17,5MM, COM TALISCAS. AF_03/2024		m²	61,00	R\$ 43,10	R\$ 54,74	R\$ 3.338,96	
8.3			Reboco c/argamassa pré-fabricada, adesivo de alta resistência p/tinta epóxi tipo 5mm p/paredes		m²	551,00										
8.4			Revestimento cerâmico de paredes PEI IV - cerâmica 20 x 20 cm - incl. rejunte - conforme projeto		m²	328,00	87275	SINAPI	Revestimento cerâmico para paredes internas com placas tipo esmaltada extra de dimensões 33x45 cm aplicadas a meia altura das paredes. AF_02/2023		m²	328,00	R\$ 74,45	R\$ 94,55	R\$ 31.012,89	

8.5			Revestimento cerâmico de paredes PEI IV - cerâmica 10 x 10 cm - incl. rejunte - conforme projeto	m²	81.10	6	COMPOSIÇÃO	Revestimento cerâmico para parede, 10 x 10 cm, Elipse, linha galeria branco mesh, pei - 3, aplicado com argamassa industrializada ac-i, rejuntado, exclusive regularização de base ou emboço - Rev 01	m²	81.10	R\$ 87.29	R\$ 110.86	R\$ 8.990,73
9			PISOS				PISOS						150.003,73
9.1			Lastro de brita graduada apliada (esp.=6 cm)	m²	633.20								
9.2			Piso em concreto armado com telas juntas de dilatação (esp.=10cm)	m²	633.20								
9.3			Piso em concreto simples desempoldado (esp.=5cm), inclusive contrapiso	m²	195.40	101747	SINAPI	Piso em concreto 20 mpa preparo mecânico, espessura 7cm. af_09/2020	m²	195.40	R\$ 79.45	R\$ 100.90	R\$ 19.716,15
9.4			Junta de retração, serrada com disco diamantado, para pavimentos em placa de concreto, profund.= 5cm, inclusive preenchimento com mastique	m²	627.05								
9.5			Piso cerâmico esmaltado PEI V - 33 x 33 cm - incl. rejunte - conforme projeto	m²	62.50	93389	SINAPI	Revestimento cerâmico para piso com placas tipo esmaltada padrão popular de dimensões 35x35 cm aplicada em ambientes de área menor que 5m². AF 02/2023	m²	62.50	R\$ 59.83	R\$ 75.98	R\$ 4.749,01
9.6						7	COMPOSIÇÃO	Rampa de acesso em concreto não estrutural	unid	2.00	514.29	R\$ 63.15	R\$ 1.306.31
9.7						101094	SINAPI	Piso podotátil de alerta/direcional, de concreto, assentado sobre argamassa. AF 05/2023	m²	5.85	R\$ 179.03	R\$ 227.37	R\$ 1.330.10
9.8						98689	SINAPI	Soleira em granito. L=15cm. E=2cm. AF 09/2020	m	2.70	R\$ 96.67	R\$ 122.77	R\$ 331.48
9.9						103915	SINAPI	Execução de piso industrial de concreto armado, fck = 20 mpa, espessura de 15.0 cm. af_04/2022	m2	633.20	R\$ 152.42	R\$ 193.57	R\$ 122.570,68
10			PINTURA				PINTURA						152.062,53
10.1			Aplicação de selador acrílico	m²	847.20	88485	SINAPI	Fundo selador acrílico, aplicação manual em parede, uma demão. AF 04/2023	m²	88.60	R\$ 4.23	R\$ 5.37	R\$ 475.97
10.2			Demarcação de quadra com tinta acrílica	m	360.00	102504	SINAPI	Pintura de demarcação de quadra poliesportiva com tinta acrílica, e = 5 cm, aplicação manual. af_05/2021	m	360.00	R\$ 11.18	R\$ 14.20	R\$ 5.111.50
10.3			Emassamento de superfície, com aplicação de 02 demãos de massa acrílica	m²	88.60	88489							
10.4			Esmalte sintético em estrutura de aço carbono 50 micra com revólver	m²	1.114.00	102494	SINAPI	Pintura com tinta alquídica de fundo e acabamento (esmalte sintético grafite) pulverizada sobre perfil metálico executado em fábrica (por demão). AF 01/2020 PE	m²	1.114.00	R\$ 64.67	R\$ 82.13	R\$ 91.493,82
10.5			Pintura c/ primer epoxi em estrutura de aço carbono 25 micra com revólver	m²	1.114.00	100723	SINAPI	Pintura com tinta epoxídica de fundo pulverizada sobre perfil metálico executado em fábrica (por demão). AF 01/2020 PE	m²	1.144.00	11.99	R\$ 15.23	R\$ 17.420,03
10.6			Pintura de acabamento com aplicação de 02 demãos de tinta acrílica	m²	847.20	96132	SINAPI	Pintura em latex acrílico premium, aplicação manual em paredes, duas demãos. AF 04/2023	m²	847.20	R\$ 18.00	R\$ 22.86	R\$ 19.366,99
10.7			Pintura de piso com tinta à base de resina epóxi	m²	480.00	88488	SINAPI	Pintura de piso com tinta epoxi, aplicação manual 2 demãos, incluso primer epóxi. AF 05/2021	m²	480.00	R\$ 16.30	R\$ 20.70	R\$ 9.936,48
10.8			Pintura em tinta PVA latex (02demãos), inclusive emassamento	m²	476.00	88489	SINAPI	Pintura em latex acrílico premium, aplicação manual em teto, duas demãos. AF 04/2023	m²	476.00	R\$ 13.66	R\$ 17.35	R\$ 8.257,74
11			INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS				INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS						27.788,04
11.1			Adaptador soldável curto c/ bolsarosca para registro 20 mm - 1/2	un	4.00	94783	SINAPI	Adaptador com flange e anel de vedação, pvc, soldável, dn 20 mm x 1/2", instalado em reservação predial de água - fornecimento e instalação. af_04/2024	un	4.00	R\$ 16.46	R\$ 20.90	R\$ 83.62
11.2			Adaptador soldável curto c/ bolsarosca para registro 25 mm - 3/4	un	12	94703	SINAPI	Adaptador com flange e anel de vedação, pvc, soldável, dn 25 mm x 3/4", instalado em reservação predial de água - fornecimento e instalação. af_04/2024	un	12.00	R\$ 17.54	R\$ 22.28	R\$ 267.31
11.3			*Adaptador soldável curto c/ bolsarosca para registro 32 mm - 1	un	4.00	94704	SINAPI	Adaptador com flange e anel de vedação, pvc, soldável, dn 32 mm x 1", instalado em reservação predial de água - fornecimento e instalação. af_04/2024	un	4.00	R\$ 22.83	R\$ 28.99	R\$ 115.98
11.4			Adaptador soldável curto c/ bolsarosca para registro 50 mm - 1 1/2	un	4.00	104001	SINAPI	Adaptador curto com bolca e rosca para registro, pvc, soldável, dn 50mm x 1 1/2", instalado em ramal de distribuição de água - fornecimento e instalação. af_06/2022	un	4.00	R\$ 13.06	R\$ 16.59	R\$ 66.34
11.5			Bucha de redução soldável curta 50 mm - 40 mm	un	2.00	104009	SINAPI	Bucha de redução, curta, pvc, soldável, dn 50 x 40 mm, instalado em ramal de distribuição de água - fornecimento e instalação. af_06/2022	un	2.00	R\$ 12.76	R\$ 16.21	R\$ 32.41
11.6			Bucha de redução soldável longa 40 mm - 25 mm	un	2.00	104014	SINAPI	Bucha de redução, longa, pvc, soldável, dn 40 x 25 mm, instalado em ramal de distribuição de água - fornecimento e instalação. af_06/2022	un	2.00	R\$ 10.27	R\$ 13.04	R\$ 26.09
11.7			Caixa d'água em fibra de vidro - cap. 3.000 litros	un	1.00	102616	SINAPI	Caixa d'água em políéster reforçado com fibra de vidro, 3000 litros - fornecimento e instalação. af_06/2021	un	1.00	R\$ 1.682.25	R\$ 2.136.46	R\$ 2.136.46
11.8			Engate flexível plástico	un	10.00	86884	SINAPI	Engate flexível em plástico branco, 1/2 x 30cm - fornecimento e instalação. AF 01/2020	un	10.00	R\$ 10.76	R\$ 13.67	R\$ 136.65
11.9			Flange para caixa d'água 25 mm	un	3.00	94703	SINAPI	Adaptador com flange e anel de vedação, pvc, soldável, dn 25 mm x 3/4", instalado em reservação predial de água - fornecimento e instalação. af_04/2024	un	3.00	R\$ 17.54	R\$ 22.28	R\$ 66.83
11.10			Flange para caixa d'água 50 mm	un	2.00	94662	SINAPI	Adaptador curto com bolca e rosca para registro, pvc, soldável, dn 50 mm x 1 1/2", instalado em reservação predial de água - fornecimento e instalação. af_06/2022	un	2.00	R\$ 9.99	R\$ 12.69	R\$ 25.37
11.11			Joelho 90º soldável 25 mm	un	11.00	89481	SINAPI	Joelho 90 graus, pvc, soldável, dn 25mm, instalado em prumada de água - fornecimento e instalação. af_06/2022	un	11.00	R\$ 5.43	R\$ 6.90	R\$ 75.86
11.12			Joelho 90º soldável 32 mm	un	6.00	94674	SINAPI	Joelho 90 graus, pvc, soldável, dn 32 mm instalado em reservação predial de água - fornecimento e instalação. af_04/2024	un	6.00	R\$ 7.35	R\$ 9.33	R\$ 56.01
11.13			Joelho 90º soldável 50 mm	un	8.00	94678	SINAPI	Joelho 90 graus, pvc, soldável, dn 50 mm instalado em reservação predial de água - fornecimento e instalação. af_04/2024	m	8.00	R\$ 14.16	R\$ 17.98	R\$ 143.87
11.14			Joelho 90º soldável com bucha de latão - 20 mm - 1/2***	un	2.00	3515	SINAPI	Joelho pvc, soldável, com bucha de latão, 90 graus, 20 mm x 1/2", para água fria predial	m	2.00	R\$ 5.14	R\$ 6.53	R\$ 13.06
11.15			Joelho de redução 90º soldável 32 mm - 25 mm	un	4.00	103974	SINAPI	Joelho de redução, 90 graus, pvc, soldável, dn 32 mm x 25 mm, instalado em prumada de água - fornecimento e instalação. af_06/2022	m	4.00	R\$ 9.53	R\$ 12.10	R\$ 48.41
11.16			Joelho de redução 90º soldável combucha de latão 25 mm - 1/2	un	16.00	103955	SINAPI	Joelho de redução, 90 graus, pvc, soldável, dn 25 mm x 20 mm, instalado em ramal de distribuição de água - fornecimento e instalação. af_06/2022	un	16.00	R\$ 9.98	R\$ 12.67	R\$ 202.79
11.17			Luva de redução soldável 40 mm - 32 mm	un	4.00	105143	SINAPI	Luva de redução soldável, pvc, dn 40 mm x 32 mm, instalado em reservação predial de água - fornecimento e instalação. af_04/2024	m	4.00	R\$ 8.90	R\$ 11.30	R\$ 45.21
11.18			Luva de redução soldável 50 mm - 20 mm	un	2.00	89579	SINAPI	Luva de redução, pvc, soldável, dn 50mm x 25mm, instalado em prumada de água fornecimento e instalação. af_06/2022	un	2.00	R\$ 10.29	R\$ 13.07	R\$ 26.14
11.19			Luva soldável 32 mm	un	4.00	89815	SINAPI	Luva de correr, cpvc, soldável, dn 35mm, instalado em prumada de água fornecimento e instalação. af_06/2022	un	4.00	R\$ 25.17	R\$ 31.97	R\$ 127.86
11.20			Luva soldável com rosca - 3/4***	un	8.00	03884	SINAPI	Luva pvc, rosca vel, 3/4", água fria predial	un	8.00	R\$ 1.91	R\$ 2.43	R\$ 19.41
11.21			Registro de gaveta c/ canopla cromada (1")	un	2.00	94792	SINAPI	Registro de gaveta bruto, latão, rosca vel, 1", com acabamento e canopla cromados - fornecimento e instalação. af_08/2021	un	2.00	R\$ 117.82	R\$ 149.63	R\$ 299.26
11.22			Registro de gaveta c/ canopla cromada (1 1/2")	un	2.00	94794	SINAPI	Registro de gaveta bruto, latão, rosca vel, 1 1/2", com acabamento e canopla cromados - fornecimento e instalação. af_08/2021	un	2.00	R\$ 171.18	R\$ 217.40	R\$ 434.80
11.23			Registro de gaveta c/ canopla cromada (1 1/2")	un	2.00	89986	SINAPI	Registro de gaveta bruto, latão, rosca vel, 1 1/2", com acabamento e canopla cromados - fornecimento e instalação. af_08/2021	un	2.00	R\$ 85.03	R\$ 107.99	R\$ 215.98
11.24			*Registro de gaveta c/ canopla cromada (3/4")	un	2.00	89987	SINAPI	Registro de gaveta bruto, latão, rosca vel, 3/4", com acabamento e canopla cromados - fornecimento e instalação. af_08/2021	un	2.00	R\$ 96.74	R\$ 122.86	R\$ 245.72
11.25			*Registro de pressão c/ canopla cromada (3/4")	un	8.00	89987	SINAPI	Registro de gaveta bruto, latão, rosca vel, 3/4", com acabamento e canopla cromados - fornecimento e instalação. af_08/2021	un	8.00	R\$ 96.74	R\$ 122.86	R\$ 982.88
11.26			Tê 90º soldável - 25 mm	un	5.00	89395	SINAPI	Te PVC soldável água fria 25mm	un	5.00	R\$ 13.63	R\$ 17.31	R\$ 86.55
11.27			Tê 90º soldável - 40 mm	un	8.00	89623	SINAPI	Te PVC soldável água fria 40mm	un	8.00	R\$ 17.51	R\$ 22.24	R\$ 177.90
11.28			Tê 90º soldável - 50 mm	un	4.00	89625	SINAPI	Te PVC soldável água fria 50mm	un	4.00	R\$ 20.72	R\$ 26.31	R\$ 105.26
11.29			Tê de redução 90º soldável 32 mm - 25 mm	un	4.00	94691	SINAPI	Tê de redução, pvc, soldável, dn 32 mm x 25 mm, instalado em reservação predial de água - fornecimento e instalação. af_04/2024	un	4.00	R\$ 12.09	R\$ 15.35	R\$ 61.42
11.30			Tê de redução 90º soldável 50 mm - 40 mm	un	2.00	94695	SINAPI	Tê de redução, pvc, soldável, dn 50 mm x 40 mm, instalado em reservação predial de água - fornecimento e instalação. af_04/2024	un	2.00	R\$ 26.93	R\$ 34.20	R\$ 68.40
11.31			*Torneira cromada para lavatório 1/2	un	8.00	100853	SINAPI	Torneira cromada de mesa para lavatório, tipo monocomando. af_01/2020	un	8.00	R\$ 361.45	R\$ 459.04	R\$ 3.672.33
11.32			Torneira de bola p/caixa d'água em pvc d = 3/4***	un	1.00	94796	SINAPI	Torneira de bola para caixa d'água, rosca vel, 3/4" - fornecimento e instalação. af_08/2021	un	1.00	R\$ 37.98	R\$ 48.23	R\$ 48.23
11.33			Tubo PVC rígido soldável - 20 mm	m	27.00	89401	SINAPI	Tubo, pvc, soldável, dn 20mm, instalado em ramal de distribuição de água - fornecimento e instalação. af_06/2022	un	27.00	R\$ 10.60	R\$ 13.46	R\$ 363.47
11.34			Tubo PVC rígido soldável - 25 mm	m	38.00	89402	SINAPI	Tubo, pvc, soldável, dn 25mm, instalado em ramal de distribuição de água - fornecimento e instalação. af_06/2022	un	38.00	R\$ 12.21	R\$ 15.51	R\$ 589.25
11.35			Tubo PVC rígido soldável - 32 mm	m	28.00	89403	SINAPI	Tubo, pvc, soldável, dn 32mm, instalado em ramal de distribuição de água - fornecimento e instalação. af_06/2022	un	28.00	R\$ 17.88	R\$ 22.71	R\$ 635.81
11.36			Tubo PVC rígido soldável - 40 mm	m	14.00	103978	SINAPI	Tubo, pvc, soldável, dn 40mm, instalado em ramal de distribuição de água - fornecimento e instalação. af_06/2022	un	14.00	23.99	R\$ 30.47	R\$ 426.54
11.37			Tubo PVC rígido soldável - 50 mm	m	36.00	103979	SINAPI	Tubo, pvc, soldável, dn 50mm, instalado em ramal de distribuição de água - fornecimento e instalação. af_06/2022	un	36.00	R\$ 27.54	R\$ 34.98	R\$ 1.259.13
11.38			União soldável - 20 mm	un	6.00	89421	SINAPI	União, pvc, soldável, dn 20mm, instalado em ramal de distribuição de água - fornecimento e instalação. af_06/2022	un	6.00	R\$ 10.26	R\$ 13.03	R\$ 78.18
11.39			União soldável - 50 mm	un	2.00	103997	SINAPI	União, pvc, soldável, dn 50mm, instalado em ramal de distribuição de água - fornecimento e instalação. af_06/2022	un	2.00	R\$ 32.82	R\$ 41.68	R\$ 83.36
11.40			Vaso sanitário para deficientes físicos para válvula de descargam ou louca branca, com acessórios, inclusive assento, conjunto de fixação, anel de vedação, tubo PVC de ligação	un	2.00	86932	SINAPI	Vaso sanitário sifonado com caixa acoplada louca branca - padrão médio, incluso engate flexível em metal cromado, 1/2 x 40 cm - fornecimento e instalação. AF 01/2020	un	2.00	R\$ 540.50	R\$ 686.44	R\$ 1.372.87
11.41			Vaso sanitário sifonado, para válvula descargam, em louca branca, com acessórios, inclusive assento plástico, anel de vedação, tubo PVC de ligação	un	4.00	86931	SINAPI	Bacia Sanitária Convencional com Caixa Acoplada, Deca ou equivalente com acessórios	un	4.00	R\$ 512.75	R\$ 651.19	R\$ 2.604.77
11.42						86904	SINAPI	Lavatório louca branca suspenso, 29,5 x 39cm ou equivalente, padrão popular - fornecimento e instalação. af_01/2020	un	2.00	R\$ 154.34	R\$ 195.88	R\$ 391.27
11.43						86901	SINAPI	Cuba de Embutir Oval em louca Branca 35 x 50 cm ou equivalente - fornecimento e instalação. AF 01/2020	un	6.00	R\$ 158.70	R\$ 201.55	R\$ 1.209.29
11.44						86915	SINAPI	Torneira cromada de mesa, 1/2 ou 3/4, para lavatório, padrão médio - fornecimento e instalação. AF 01/2020	un	8.00	R\$ 150.13	R\$ 190.67	R\$ 1.525.32

11.45								95544	SINAPI	Papeleira de parede em metal cromado sem tampa, inclui fixação. Af 01/2020	un	6,00	R\$ 32,68	R\$ 41,50	R\$ 289,00	
11.46								100866	SINAPI	Barra de apoio reta, em aço inox polido, comprimento 60 cm, fixada na parede - fornecimento e instalação. Af 01/2020	un	6,00	R\$ 321,26	R\$ 438,00	R\$ 2.448,00	
11.47								100863	SINAPI	Barra de apoio em " L ", em aço inox polido 70 x 70 cm, fixada na parede - fornecimento e instalação. Af 01/2020	un	2,00	R\$ 612,18	R\$ 777,47	R\$ 1.554,94	
11.48								100873	SINAPI	Barra de apoio reta, em alumínio, comprimento 90 cm, fixada na parede - fornecimento e instalação. Af 01/2020	un	4,00	R\$ 284,92	R\$ 361,85	R\$ 1.447,39	
11.49								8	COMPOSIÇÃO	Dispenser para toalha interfolhada	un	4,00	R\$ 54,20	R\$ 68,83	R\$ 275,31	
11.50								95547	SINAPI	Saboneteira plastica tipo dispenser para sabonete liquido com reservatório 800 a 1500 ml, incluso fixação. af_01/2020	un	4,00	R\$ 61,77	R\$ 78,45	R\$ 313,75	
11.51								100860	SINAPI	Chuveiro elétrico comum corpo plástico, tipo ducha 7 fornecimento e instalação. af_01/2020	un	6,00	R\$ 109,89	R\$ 131,94	R\$ 791,64	
11.52								86916	SINAPI	Torneira plástica 3/4" para tanque - fornecimento e instalação. af_01/2020	un	2,00	R\$ 21,17	R\$ 26,89	R\$ 53,77	
12										INSTALAÇÕES SANITÁRIAS						R\$ 38.420,07
12.1								89546	SINAPI	Bucha de redução longa 50 mm - 40mm	un	1,00	R\$ 10,09	R\$ 12,74	R\$ 12,74	
12.2								9	COMPOSIÇÃO	Caixa de inspeção Ø 60 x 0.60 x 0.60m	un	2,00	R\$ 643,80	R\$ 817,63	R\$ 1.635,25	
12.3								89707	SINAPI	Caixa sifonada, pvc, dn 100 x 100 x 50 mm, junta elástica, fornecida e instalada em ramal de descarga ou em ramal de esgoto sanitário. af_08/2022	un	2,00	R\$ 44,63	R\$ 56,68	R\$ 113,36	
12.4								104328	SINAPI	Caixa sifonada, com grelha quadrada, pvc, dn 150 x 150 x 50 mm, junta soldável, fornecida e instalada em ramal de descarga ou em ramal de esgoto sanitário. af_08/2022	un	2,00	R\$ 61,61	R\$ 78,24	R\$ 156,49	
12.5								10	COMPOSIÇÃO	Fornecimento e instalação de curva 90º curta pvc, junta elástica, ponta/bolsa, ø = 40mm	un	2,00	R\$ 13,65	R\$ 17,33	R\$ 34,66	
12.6								10	COMPOSIÇÃO	Fossa séptica, em concreto armado, (d 2-50 x h 12,00)	un	1,00	R\$ 15.667,36	R\$ 19.897,25	R\$ 19.897,25	
12.7								11	COMPOSIÇÃO	Joelho 45º de pvc rígido soldável, marrom diâmetro = 40mm	un	8,00	R\$ 20,92	R\$ 26,57	R\$ 212,56	
12.8								12	COMPOSIÇÃO	Joelho 45º de pvc rígido soldável, marrom diâmetro = 50mm	un	10,00	R\$ 22,51	R\$ 28,59	R\$ 285,93	
12.9								13	COMPOSIÇÃO	Joelho 90º de pvc rígido soldável, marrom diâmetro = 110mm	un	8,00	R\$ 191,33	R\$ 242,99	R\$ 1.943,90	
12.10									MERCADO	Joelho 90º c/anel p/ esgoto secundário 40 mm - 1.1/2"	un	4,00	R\$ 5,90	R\$ 7,49	R\$ 29,97	
12.11								14	COMPOSIÇÃO	Junção simples em pvc rígido c/ anéis, para esgoto primário, diâmetro = 100 x 100mm	un	4,00	R\$ 54,41	R\$ 69,10	R\$ 276,41	
12.12								15	COMPOSIÇÃO	Junção simples em pvc rígido c/ anéis, para esgoto primário, diâmetro = 100 x 50mm	un	2,00	R\$ 19,47	R\$ 24,73	R\$ 49,47	
12.13								16	COMPOSIÇÃO	Junção simples em pvc rígido c/ anéis, para esgoto primário, diâmetro = 50 x 50mm	un	12,00	R\$ 29,01	R\$ 36,85	R\$ 442,18	
12.14								86881	SINAPI	Sifão do tipo garrafa em metal cromado 1 x 1 1/2" - fornecimento e instalação. af_01/2020	un	9,00	R\$ 145,35	R\$ 184,59	R\$ 1.661,35	
12.15								16 A	COMPOSIÇÃO	Sumidouro em alvenaria (d 2 30 x h 6,00)	un	1,00	R\$ 6.824,56	R\$ 8.667,19	R\$ 8.667,19	
12.16								17	COMPOSIÇÃO	Té sanitário 100 mm - 50 mm	un	1,00	R\$ 46,78	R\$ 59,42	R\$ 59,42	
12.17								18	COMPOSIÇÃO	Tubo PVC/ponta e bolsa c/ virola - 50 mm	m	3,00	R\$ 26,00	R\$ 33,01	R\$ 99,04	
12.18								89714	SINAPI	Tubo de PVC Série Normal 100mm	m	35,00	R\$ 36,54	R\$ 46,41	R\$ 1.624,20	
12.19								89711	SINAPI	Tubo de PVC Série Normal 40mm	m	20,00	R\$ 21,38	R\$ 27,15	R\$ 543,05	
12.20								89712	SINAPI	Tubo de PVC Série Normal 50mm	m	17,00	R\$ 26,23	R\$ 33,31	R\$ 566,31	
12.21								86879	SINAPI	"Válvula para lavatório e tanque 1""	un	9,00	R\$ 9,54	R\$ 12,12	R\$ 109,04	
13										DRENAGEM PLUVIAL						R\$ 36.986,02
13.1								94228	SINAPI	Calha em chapa de aço galvanizado n° 24, desenvolvimento de 50cm, incluso transporte vertical. Af_07/2019	un	72,00	R\$ 83,26	R\$ 105,74	R\$ 7.613,29	
13.2								89580	SINAPI	Tubo pvc, série 1, água pluvial, dn 150 mm, fornecido e instalado em condutores verticais de águas pluviais. af_06/2022	m	20,00	R\$ 54,65	R\$ 69,41	R\$ 1.388,11	
13.3								104167	SINAPI	Joelho PVC90° d=150 mm -tubulação pluvial	un	4,00	R\$ 105,66	R\$ 134,19	R\$ 536,75	
13.4									MERCADO	Raio hemisférico tipo""abacaxi"" com tela de aço com funil de saída cônico	un	4,00	R\$ 78,00	R\$ 99,06	R\$ 396,24	
13.5								19	COMPOSIÇÃO	Canaleta de concreto c/ tamparemovível em chapa de aço (0,25 x 0,25 x 0,25m)	m	72,00	R\$ 295,84	R\$ 375,72	R\$ 27.051,63	
14										INSTALAÇÕES ELÉTRICAS						R\$ 33.278,35
14.1								20	COMPOSIÇÃO	"Condutite em alumínio tipo T de 3/4"" inclusive acessórios"	un	5,00	R\$ 31,85	R\$ 40,44	R\$ 202,22	
14.2								20	COMPOSIÇÃO	"Condutite em alumínio tipo L de 3/4"" inclusive acessórios"	un	5,00	R\$ 31,85	R\$ 40,44	R\$ 202,22	
14.3								21	COMPOSIÇÃO	"Condutite em alumínio tipo TA de 3/4"" inclusive acessórios"	un	4,00	R\$ 32,08	R\$ 40,74	R\$ 162,95	
14.4								21	COMPOSIÇÃO	"Condutite em alumínio tipo XA de 3/4"" inclusive acessórios"	un	1,00	R\$ 32,08	R\$ 40,74	R\$ 40,74	
14.5								91941	SINAPI	"Caixa de PVC4x2"" inclusive espelho"	un	16,00	R\$ 12,06	R\$ 15,32	R\$ 245,06	
14.6								22	COMPOSIÇÃO	"Caixa octogonal 4" x 4", em pvc, p/ ponto de luz embutido	un	7,00	R\$ 13,77	R\$ 17,49	R\$ 122,40	
14.7								91926	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. Af_03/2023	m	190,00	R\$ 4,36	R\$ 5,54	R\$ 1.052,07	
14.8								91928	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. Af_03/2023	m	820,00	R\$ 6,72	R\$ 8,53	R\$ 6.998,21	
14.9								91934	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 16 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. Af_03/2023	m	14,00	R\$ 24,09	R\$ 30,59	R\$ 428,32	
14.10								92584	SINAPI	Condutor de cobre unipolar, isolamento em PVC/90°C, camada de proteção em PVC, não propagador de chamas, classe de tensão 1000V, encordoamento classe 5, flexível, com seção 35mm	m	41,00	R\$ 27,11	R\$ 34,43	R\$ 1.411,62	
14.11								23	COMPOSIÇÃO	Tomada 2p + 1 ABNT, de embutir, 10 A, com placa em pvc	un	2,00	R\$ 25,85	R\$ 32,57	R\$ 65,14	
14.12								24	COMPOSIÇÃO	Tomada 2p + 1 ABNT, 10 A, para piso, com placa em metal amarelo e caixa pvc	un	1,00	R\$ 93,22	R\$ 118,39	R\$ 118,39	
14.13								91957	SINAPI	INTERRUPTOR SIMPLES (1 MÓDULO) COM INTERRUPTOR PARALELO (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. Af_03/2023	un	7,00	R\$ 49,78	R\$ 63,22	R\$ 442,54	
14.14								25	COMPOSIÇÃO	Disjuntor termomagnético monopolar 10 A, padrão DIN (linha branca)	un	5,00	R\$ 22,78	R\$ 28,93	R\$ 144,63	
14.15								26	COMPOSIÇÃO	Disjuntor termomagnético bipolar 20 A, padrão DIN (linha branca), curva B	un	5,00	R\$ 59,55	R\$ 75,63	R\$ 378,16	
14.16								27	COMPOSIÇÃO	Disjuntor termomagnético bipolar 25 A, padrão DIN (Europeu - linha branca), corrente 5kA	un	8,00	R\$ 59,55	R\$ 75,63	R\$ 605,05	
14.17								28	COMPOSIÇÃO	Disjuntor termomagnético tripolar 150 A, padrão DIN (Europeu - linha branca), corrente 10 kA	un	2,00	R\$ 370,84	R\$ 470,97	R\$ 941,93	
14.18								29	COMPOSIÇÃO	Disjuntor termomagnético tripolar 175 A, padrão DIN (Europeu - linha branca), 10kA	un	1,00	R\$ 219,92	R\$ 279,30	R\$ 279,30	
14.19								30	COMPOSIÇÃO	Disjuntor bipolar DR 25 A - Dispositivo residual diferencial, tipo AC, 30mA, ref. 5S81 312-0MB, Siemens ou similar	un	1,00	R\$ 312,05	R\$ 396,31	R\$ 396,31	
14.20								31	COMPOSIÇÃO	Quadro de distribuição de embutir, com barramento, em chapa de aço, para até 12 disjuntores, com barramento, padrão DIN, exclusive disjuntores	un	1,00	R\$ 413,02	R\$ 524,54	R\$ 524,54	
14.21								32	COMPOSIÇÃO	Quadro de distribuição de embutir, com barramento, em chapa de aço, para até 08 disjuntores, com barramento, padrão DIN, exclusive disjuntores	un	1,00	R\$ 166,57	R\$ 211,55	R\$ 211,55	
14.22								91836	SINAPI	"Eletroduto de pvc rígido rosçável, 1"" inclusive curvas	m	22,00	R\$ 21,66	R\$ 27,51	R\$ 605,18	
14.23								91834	SINAPI	"Eletroduto de pvc rígido rosçável, 3/4"" inclusive curvas	m	32,00	R\$ 18,99	R\$ 24,12	R\$ 771,75	
14.24								93008	SINAPI	"Eletroduto de pvc rígido rosçável, 1 1/2"" inclusive curvas	m	22,00	R\$ 17,78	R\$ 22,54	R\$ 495,94	
14.25								2504	SINAPI	"Eletroduto de ferro galvanizado de 3/4"" - inclusive bracedeiras"	m	86,00	R\$ 8,29	R\$ 10,53	R\$ 905,43	
14.26								2501	SINAPI	"Eletroduto de ferro galvanizado d= 1"" - inclusive bracedeiras"	m	17,00	R\$ 10,87	R\$ 13,80	R\$ 234,68	
14.27								2503	SINAPI	"Eletroduto de ferro galvanizado d= 1 1/2"" - inclusive bracedeiras"	m	34,00	R\$ 21,11	R\$ 26,81	R\$ 911,53	
14.28								33	COMPOSIÇÃO	Luminária calha sobrepor/p/amp fluorescente 2x40w, completa, incl.reator eletrônico e lâmpada	un	6,00	R\$ 139,94	R\$ 177,72	R\$ 1.066,34	
14.29								34	COMPOSIÇÃO	Luminária calha sobrepor/p/amp fluorescente 1x40w, completa, incl.reator convencional e lâmpada - Rev 02_06/2024	un	1,00	R\$ 133,59	R\$ 169,66	R\$ 169,66	
14.30									MERCADO	Luminária blindada p/ alta pressão, linha industrial projetor hermético para lâmpada de luz mista de 500 W, com proteção da lâmpada	un	15,00	R\$ 690,00	R\$ 876,30	R\$ 13.144,50	
15										SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS (SPDA)						R\$ 4.440,01
15.1								35	COMPOSIÇÃO	Caixa de inspeção 30x30x40 cm com tampa de ferro fundido	un	5,00	R\$ 156,95	R\$ 199,33	R\$ 996,64	
15.2								36	COMPOSIÇÃO	Conector para haste de aterramento 5/8" - fornecimento e assentamento - Rev 02 (10/2021)	un	12,00	R\$ 6,63	R\$ 8,43	R\$ 101,11	
15.3								96973	SINAPI	Cordoalha de cobre nu 35 mm², não enterrada, com isolador - fornecimento e instalação. Af_08/2023	un	24,00	R\$ 69,94	R\$ 88,82	R\$ 2.131,77	
15.4								96985	SINAPI	Haste de aterramento, diâmetro 5/8", com 3 metros - fornecimento e instalação. Af_08/2023	un	5,00	R\$ 88,51	R\$ 112,41	R\$ 562,04	
15.5								89711	SINAPI	Tubo de PVC Série Normal 40mm	un	18,00	R\$ 21,38	R\$ 27,15	R\$ 488,75	
15.6									MERCADO	Terminal de pressão tipo prensa com 4 parafusos	un	5,00	R\$ 25,15	R\$ 31,94	R\$ 159,70	
16										SERVIÇOS DIVERSOS						R\$ 119.884,69
16.1								37	COMPOSIÇÃO	Almadrado com tela de arame galvanizado fio 12 bwg, malha 2", revestido em pvc, fixada com tubos de aço galvanizado 2", formando quadros de 2.00 x 1.00 m, exceto mureta	m²	147,00	R\$ 481,09	R\$ 610,99	R\$ 89.814,94	

16.2			Portão embuto de ferro galvanizado 2" e tela de aramegalvanizado fio 12 bwg,malha 2", revestido empvc, inclusive dobradiças fechadura	un	4,00	38	COMPOSIÇÃO	Portão em tubo de ferro galvanizado de 2", de abrir, de 0,90 x 2,10m, tela malha revestida 76 x 76mm, n.º 12, inclusive dobradiças e trancas/ferrolho	un	4,00	R\$ 1.204,47	R\$ 1.529,67	R\$ 6.118,70	
16.3			Bancada em granito cinza andorinha para lavatório com testeiros - espessura 2cm, largura 50 cm, conforme projeto	m	4,80	39	COMPOSIÇÃO	Bancada em granito cinza andorinha p/laboratório de informática, esp=2,0cm, h=75cm e larg=60cm, exclusive alv. de apoio	m	4,80	R\$ 338,32	R\$ 429,66	R\$ 2.062,37	
16.4			Banco de concreto armado polido(l=0,45m) sem arestas,conforme projeto	m	4,80	40	COMPOSIÇÃO	Banco de concreto sem encosto largura = 45cm	m	4,80	R\$ 95,00	R\$ 120,65	R\$ 579,12	
16.5			Barra de apoio para deficiente em ferrogalvanizado de 11/2", l=140cm (lavatório), inclusive parafusos de fixação e pintura	un	2,00	100874	SINAPI	PUXADOR PARA PCD, FIXADO NA PORTA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	un	2,00	R\$ 321,26	R\$ 408,00	R\$ 816,00	
16.6			Barra de apoio para deficiente em ferrogalvanizado de 11/2", l=80cm (Bacia sanitária emictório), inclusive parafusos de fixação e pintura	un	8,00	100872	SINAPI	BARRA DE APOIO RETA, EM ALUMINIO, COMPRIMENTO 80 CM, FIXADA NA PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	un	8,00	R\$ 278,95	R\$ 354,27	R\$ 2.834,13	
16.7			Espelho plano 4mm	m²	4,50	11186	SINAPI-I	Espelho cristal e = 4mm	m²	4,50	R\$ 602,00	R\$ 764,54	R\$ 3.440,43	
16.8			Estruturametálica c/ tabelas de basquete	cj	1,00	41	COMPOSIÇÃO	Estrutura metálica fixa, p/ tabela em fibra de vidro, com aro e cesta para basquete, padrão oficial, em tubo galvanizado d=5" - instalada	cj	1,00	R\$ 3.386,29	R\$ 4.173,58	R\$ 4.173,58	
16.9			Estruturametálica de traves de futsal	cj	1,00	25398	SINAPI-I	Conjunto para futsal com par de traves oficiais de 3,00 x 2,00 m em tubo de aço galvanizado 3" com requadros em tubo de 1", pintura em primer com tinta esmalte sintético e redes de polietileno fio 4 mm	cj	1,00	R\$ 4.068,28	R\$ 5.166,72	R\$ 5.166,72	
16.10			Estruturametálica p/ rede de voley	cj	1,00	42	COMPOSIÇÃO	Poste oficial para volei em aço galvanizado d=3", c/ esticador e catraca	cj	1,00	R\$ 1.006,84	R\$ 1.278,69	R\$ 1.278,69	
16.11			Soleira em granito cinza andorinha, l= 15 cm, e = 2 cm	m	2,90	98689	SINAPI	Soleira em granito, largura 15 cm, espessura 2,0 cm. af_09/2020	m	2,90	R\$ 96,67	R\$ 122,77	R\$ 356,04	
16.12			Limpeza geral	m²	861,56	43	COMPOSIÇÃO	Limpeza geral	m²	861,56	R\$ 2,96	R\$ 3,77	R\$ 3.243,97	
17			SERVIÇOS FINAIS					SERVIÇOS FINAIS					R\$ 3.691,43	
17.1			Limpeza geral	m²	980,40	43	COMPOSIÇÃO	Limpeza geral	m²	980,40	R\$ 2,96	R\$ 3,77	R\$ 3.691,43	

CUSTO TOTAL REFERENTE AO PACTO ORIGINAL	R\$	913.862,24	VALOR TOTAL DA OBRA A SER RETOMADA COM BDI		1.177.120,80
---	-----	------------	--	--	--------------

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÉM

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR	30 DIAS	60 DIAS	90 DIAS	120 DIAS	150 DIAS	180 DIAS
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	R\$ 17.304,21	R\$ 17.304,21	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
			100,00%					
2	MOVIMENTO DE TERRAS PARA FUNDAÇÕES	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
3	INFRAESTRUTURA	R\$ 138.799,51	R\$ 69.399,76	R\$ 69.399,76	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
			50,00%	50,00%				
4	SUPERESTRUTURA	R\$ 17.690,05	R\$ 17.690,05	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
			100,00%					
5	PAREDES E PAINÉIS	R\$ 26.491,08	R\$ 26.491,08	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
			100,00%					
6	COBERTURA	R\$ 348.093,04	R\$ -	R\$ -	R\$ 104.427,91	R\$ 104.427,91	R\$ 104.427,91	R\$ 34.809,30
					30,00%	30,00%	30,00%	10,00%
7	ESQUADRIAS	R\$ 18.436,34	R\$ 4.609,09	R\$ 4.609,09	R\$ 4.609,09	R\$ 4.609,09	R\$ -	R\$ -
			25,00%	25,00%	25,00%	25,00%		
8	REVESTIMENTOS	R\$ 43.751,69	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 43.751,69	R\$ -	R\$ -
						100,00%		



9	PISOS	R\$ 150.003,73	R\$ -	R\$ -	R\$ 45.001,12	R\$ 52.501,30	R\$ 52.501,30	R\$ -
					30,00%	35,00%	35,00%	
10	PINTURA	R\$ 152.062,53	R\$ -	R\$ 30.412,51	R\$ 30.412,51	R\$ 30.412,51	R\$ 30.412,51	R\$ 30.412,51
				20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%
11	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS	R\$ 27.788,04	R\$ -	R\$ 5.557,61	R\$ 5.557,61	R\$ 5.557,61	R\$ 5.557,61	R\$ 5.557,61
				20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%
12	INSTALAÇÕES SANITÁRIAS	R\$ 38.420,07	R\$ -	R\$ 38.420,07	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
				100,00%				
13	DRENAGEM PLUVIAL	R\$ 36.986,02	R\$ -	R\$ -	R\$ 36.986,02	R\$ -	R\$ -	R\$ -
					100,00%			
14	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	R\$ 33.278,35	R\$ -	R\$ 6.655,67	R\$ 6.655,67	R\$ 6.655,67	R\$ 6.655,67	R\$ 6.655,67
				20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%
15	SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS (SPDA)	R\$ 4.440,01	R\$ -	R\$ 888,00	R\$ 888,00	R\$ 888,00	R\$ 888,00	R\$ 888,00
				20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%
16	SERVIÇOS DIVERSOS	R\$ 119.884,69	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 119.884,69
								100,00%
17	SERVIÇOS FINAIS	R\$ 3.691,43	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 3.691,43
								100,00%
TOTAL		1.177.120,80						
	Valor do período		11,51%	13,25%	19,92%	21,14%	17,03%	17,15%
			R\$ 135.494,18	R\$ 155.942,70	R\$ 234.537,93	R\$ 248.803,78	R\$ 200.443,00	R\$ 201.899,22
	Valor acumulado	1.177.120,80	11,51%	24,76%	44,68%	65,82%	82,85%	100,00%
		100,00%	R\$ 135.494,18	R\$ 291.436,88	R\$ 525.974,80	R\$ 774.778,58	R\$ 975.221,59	R\$ 1.177.120,80



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÉM**  
**CNPJ: 13.913.348/0001-11**



**LAUDO TÉCNICO DE VISTORIA**  
**OBRAS COM SOLICITAÇÃO DE NOVA PACTUAÇÃO MP 1174**

**Endereço: Praça Desembargador Souza Dias, 18, Centro, Caém-Bahia CEP.: 44730-000**  
**Telefone: 74 3636 2012 CNPJ: 13.913.348/0001-11**  
**E-mail: [administracao@caem.ba.gov.br](mailto:administracao@caem.ba.gov.br)**

## **LAUDO TÉCNICO DE VISTORIA**

### **CONSTRUÇÃO DE QUADRA COBERTA COM VESTIÁRIO, PADRÃO FNDE NO MUNICÍPIO DE CAÉM/BA OBRA INACABADA (ID SIMEC: 1007282)**

Laudo técnico de vistoria realizado por profissional devidamente habilitado pela Prefeitura Municipal de Caém do seguinte objeto de análise: Construção de quadra coberta com vestiário padrão FNDE. Registrado no viés de qualificar e de expor o estado atual que se encontra a determinada obra inacabada.

Revisado em: 09/09/2024

Vinicius Silva de Andrade  
Engenheiro Civil  
CREA – BA: 0517204908

## SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO.....	5
2	OBJETIVO.....	5
3	METODOLOGIA.....	6
4	CONCEITUAÇÃO.....	6
4.1	NÍVEL DA INSPEÇÃO .....	7
4.2	GRAU DE RISCO.....	7
5	DADOS DA OBRA.....	8
6	PERCENTUAL EXECUTADO DA OBRA ATÉ O MOMENTO	Erro! Indicador não definido.
7	REGISTRO FOTOGRÁFICO.....	10
7.1	REGISTRO DO LOTE/TERRENO.....	10
7.2	BLOCO QUADRA .....	12
7.3	BLOCO VESTIÁRIO .....	26
8	RESULTADOS E DISCUSSÕES .....	44

9	RECOMENDAÇÕES.....	47
9.1	LIMPEZA DO TERRENO.....	47
9.2	ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO .....	47
9.3	ALVENARIA .....	48
10	CONCLUSÃO.....	49
11	49	

## **1 APRESENTAÇÃO**

Este trabalho tem como finalidade expor o estado de conservação que se encontra a construção de quadra coberta com vestiário padrão FNDE, no Distrito de Gonçalves, no Município de Caém/BA, em atendimento ao disposto na Norma da ABNT NBR 13752/1996 – Perícias de engenharia na construção civil; Norma de Inspeção Predial ABNT NBR 16747 de 20 de maio de 2020; Norma de Inspeção Predial Nacional - 2012 IBAPE (Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia) e da Norma da ABNT NBR 5674/1999 – Manutenção de edificações.

O laudo de inspeção predial está ilustrado com relatório técnico fotográfico dos eventos detectados, com a indicação da anomalia e do local onde se encontra o fato.

- Considerações iniciais:
  - ✓ Requerente: Prefeitura Municipal de Caém/BA;
  - ✓ Identificação do Imóvel: 02.02.043.0500.132.;
  - ✓ Endereço: Avenida Itapicuru Mirim, S/N, distrito de Gonçalves, Caém/BA
  - ✓ Edificação: Construção de quadra coberta com vestiário.
  - ✓ Tipologia: Quadra coberta com vestiário padrão FNDE.
- Documentos e Projetos fornecidos para elaboração do presente relatório
  - ✓ Memoriais, entre outros;
  - ✓ Projeto Arquitetônico;
  - ✓ Projeto Elétrico;
  - ✓ Projeto Estrutural;
  - ✓ Projeto Hidráulico;
  - ✓ Memorial Descritivo;

## **2 OBJETIVO**

Análise preliminar da condição de estabilidade, deterioração da estrutura da obra inacabada da quadra, suas anomalias e falhas aparentes, com determinação do estado de conservação e grau de risco, para que assim se possa atestar se o objeto deste laudo está apto a aderir aos dispostos da Medida Provisória nº 1174, de 12 de maio de 2023 e da Portaria Conjunta MEC/MGI/CGU nº 82, de 10 de julho de 2023.



### 3 METODOLOGIA

O trabalho em questão consiste na realização de uma vistoria in loco identificando as patologias construtivas existentes de uma obra inacabada quadra padrão do FNDE, meio de métodos não destrutivos.

Após vistoria, elaborou-se um diagnóstico geral da edificação, com a identificação das falhas e anomalias dos sistemas construtivos, classificando quanto à criticidade e urgência dos reparos.

A edificação se encontra com as seguintes estruturas construídas:

- Infraestrutura e superestrutura em concreto armado da quadra e dos vestiários;
- Alvenaria de vedação e revestimentos argamassados da quadra e dos vestiários;
- Estrutura metálica do sistema de cobertura da quadra.

Conforme Norma de Inspeção Predial Nacional - 2012 (IBAPE), define como inspeção predial: vistoria da edificação para avaliar suas condições técnicas funcionais e de conservação, visando orientar a manutenção.

Este diagnóstico permite auxiliar os interessados a elegerem as prioridades na execução dos reparos, bem como o acompanhamento da evolução das referidas patologias, ou seja, se elas estão ativas ou estabilizadas, contribuindo para uma análise de risco da edificação como um todo, no tocante à segurança dos usuários desta edificação.

### 4 CONCEITUAÇÃO

Do glossário de treinamento de terminologia Básica aplicável à Engenharia de Avaliações e Perícia de Engenharia – IBAPE/SP, Livro - (Engenharia diagnostica de edificações, 2012, Pág.162), constam as definições das expressões citadas abaixo, que serão utilizadas no decorrer do presente Laudo de Inspeção Predial, complementadas por outras extraídas de bibliografias especializadas, conforme segue:

- ✓ **Anomalias:** irregularidade, anormalidade, exceção à regra. Classificação das anomalias (GOMIDE; PUJADAS; CABRAL, Técnicas de Inspeção e Manutenção Predial, São Paulo 2006 Ed. PINI) Adaptadas do Glossário IBAPE:
- ✓ **Endógenas:** Proveniente de vício de projeto, Materiais e execução.
- ✓ **Exógenas:** Decorrentes de danos causados por terceiros.
- ✓ **Naturais:** Oriundas de danos causados pela natureza.
- ✓ **Funcionais:** Provenientes da degradação, associada ao uso.
- ✓ **Armação:** Conjunto de barras de aço que compõem as peças de concreto armado.

- ✓ **Degradação:** Desgaste dos componentes e sistemas das edificações em decorrência do efeito do transcurso do tempo, uso e interferências do meio.
- ✓ **Depreciação:** Perda de valor de um bem, devido a modificações em seu estado ou qualidade, ocasionadas por diversas patologias.
- ✓ **Depreciação Física:** Perda de valor em função do desgaste das partes construtivas de benfeitorias, resultante de decrepitude, deterioração ou mutilação.
- ✓ **Serviços de manutenção:** Intervenção realizada sobre a edificação e suas partes constituintes, com a finalidade de conservar ou recuperar sua capacidade funcional. (NBR5674/1999).
- ✓ **Sistemas de Manutenção:** Conjunto de procedimentos organizados para gerenciar os serviços de manutenção. (NBR 5674/1999).

#### 4.1 NÍVEL DA INSPEÇÃO

Esta inspeção é classificada como “Inspeção de Nível 1”, representada por análise expedita dos fatos e sistemas construtivos vistoriados, com a identificação de suas anomalias e falhas aparentes.

Caracteriza-se pela verificação isolada ou combinada das condições técnicas de uso e de manutenção do sistema da edificação, de acordo com a Norma de Inspeção Predial do IBAPE, respeitado o nível de inspeção adotado, com a classificação das deficiências encontradas quanto ao grau de risco que representa em relação à segurança dos usuários, à habitabilidade e à conservação do patrimônio edificado.

#### 4.2 GRAU DE RISCO

Conforme a referida Norma de Inspeção Predial do IBAPE/SP, as anomalias e falhas são classificadas em três diferentes graus de recuperação, considerando o impacto do risco oferecido aos usuários, ao meio ambiente e ao patrimônio.

- **GRAU DE RISCO CRÍTICO – IMPACTO IRRECUPERÁVEL** – é aquele que provoca danos contra a saúde e segurança das pessoas e meio ambiente, com perda excessiva de desempenho e funcionalidade, causando possíveis paralisações, aumento excessivo de custo,

comprometimento sensível de vida útil e desvalorização imobiliária acentuada.

- **GRAU DE RISCO REGULAR – IMPACTO PARCIALMENTE RECUPERÁVEL**  
– é aquele que provoca a perda parcial de desempenho e funcionalidade da edificação, sem prejuízo à operação direta de sistemas, deterioração precoce e desvalorização em níveis aceitáveis.
- **GRAU DE RISCO SATISFATÓRIO** – Quando o empreendimento não contém anomalias e/ou falhas significativas.

## 5 DADOS DA OBRA

Abaixo, dados provenientes do painel do SIMEC da obra em questão:

ID	ID PRÉ-OBRA	Nº PROCESSO	TERMO DE CONVÊNIO	OBRA	DATA DE INÍCIO DE EXECUÇÃO	SITUAÇÃO DA OBRA	ÚLTIMA VISTORIA	%
1007282	60900	23400013456201355	9242 / 2014	Quadra coberta com vestiário	2014	Inacabada	14/03/2023	60,81%

Dados da planilha orçamentária original pactuada com o FNDE conta com as seguintes informações:

- ✓ **Obra:** Quadra coberta com vestiário padrão FNDE
- ✓ **Local:** Distrito de Gonçalo, Caém – BA
- ✓ **Prazo de execução:**
- ✓ **Custo total:** R\$ 509.786,42

O terreno possui nível predominantemente ao longo de toda sua extensão. A seguir, é possível visualizar, através de uma imagem obtida por satélite, a área da escola em questão, conforme Figura 1.



Fonte: Google Earth (2023).

6 PERCENTUAL EXECUTADO DA OBRA NO ÚLTIMO CONTRATO

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR EM R\$	% SOBRE A OBRA	DATA DE INÍCIO	DATA DE TÉRMINO	SUPERVISÃO ATUAL		
						(%) DO ITEM JÁ EXECUTADO APÓS SUPERVISÃO FINAL	(%) DO ITEM JÁ EXECUTADO APÓS SUPERVISÃO	VALOR EXECUTADO
1.0	SERVIÇOS PRELIMINÁRES	7.494,04	1,47			100,00	1,47	7.494,04
2.0	MOVIMENTO DE TERRA	14.644,03	2,87			100,00	2,87	14.644,03
3.0	INFRAESTRUTURA	59.340,92	11,64			100,00	11,64	59.340,92
4.0	SUPERESTRUTURA	45.395,06	8,90	07/08/2017	31/12/2020	87,47	7,79	39.707,06
5.0	PAREDES E PAINÉIS	34.049,86	6,68	07/08/2017	31/12/2020	90,00	6,01	30.644,87
6.0	COBERTURA	139.250,00	27,32	07/08/2017	31/12/2020	60,00	16,39	83.550,00
7.0	ESQUADRIAS	2.616,98	0,51	07/12/2017	31/12/2020	-	-	-
8.0	REVESTIMENTOS	29.305,47	5,75	07/10/2017	31/12/2020	18,00	1,03	5.274,98
9.0	PISOS	58.109,15	11,40	07/09/2017	31/12/2020	-	-	-
10.0	PINTURA	41.515,79	8,14	07/10/2017	31/12/2020	-	-	-
11.0	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS	10.020,13	1,97	07/12/2017	31/12/2020	10,00	0,20	1.002,01
12.0	INSTALAÇÕES SANITÁRIAS	5.348,02	1,05	07/12/2017	31/12/2020	-	-	-
13.0	DRENAGEM PLUVIAL	14.953,32	2,93	07/10/2017	31/12/2020	6,51	0,19	973,46
14.0	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS 127/220	13.682,31	2,68	07/10/2017	31/12/2020	10,70	0,29	1.464,01
15.0	SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS (SP)	2.410,62	0,47	07/12/2017	31/12/2020	-	-	-
16.0	SERVIÇOS DIVERSOS	31.650,72	6,21	07/10/2017	31/12/2020	-	-	-
TOTAL		509.786,42	100,00				47,88	244.095,39

Conforme verificação em vistoria para elaboração do presente laudo considerando-se os serviços necessários a da funcionalidade ao equipamento, é possível constatar o **percentual físico acumulado e executado de 47,88%** do último contrato firmado para conclusão da obra.

## **7 REGISTRO FOTOGRÁFICO**

Após a inspeção realizada, apresenta-se os principais resultados obtidos. As inspeções e o preenchimento do checklist foram efetuadas por meio do levantamento de campo.

O registro fotográfico se divide entre as áreas visitadas durante a vistoria, tais como:

### **7.1 REGISTRO DO LOTE/TERRENO**

Figura 2 – Terreno: frente





Figura 3 – Terreno: lado esquerdo



Figura 4 – Terreno: lado direito





Figura 5 – Terreno: fundo



## 7.2 BLOCO QUADRA

No Bloco Quadra foram executados a fundação, superestrutura parcialmente, alvenaria parcialmente e revestimentos argamassados parcialmente.

Observações de irregularidades encontradas:

- ✓ Presença de vegetação rasteira;
- ✓ Sinais de infiltração pela falta de execução da cobertura;
- ✓ Oxidação da estrutura metálica da cobertura, não aparentando haver perda de seção transversal dos perfis.



Figura 6 – Quadra coberta



Figura 7 – Quadra coberta





Figura 8 – Quadra coberta



Figura 9 – Quadra coberta





Figura 10 – Quadra coberta



Figura 11 – Quadra coberta





Figura 12 – Quadra coberta



Figura 13 – Quadra coberta





Figura 14 – Quadra coberta



Figura 15 – Quadra coberta





Figura 16 – Quadra coberta



Figura 17 – Quadra coberta





Figura 18 – Quadra coberta



Figura 19 – Quadra coberta





Figura 20 – Quadra coberta



Figura 21 – Quadra coberta





Figura 22 – Quadra coberta



Figura 23 – Quadra coberta





Figura 24 – Quadra coberta



Figura 25 – Quadra coberta





Figura 26 – Quadra coberta



Figura 27 – Quadra coberta





Figura 28 – Quadra coberta



Figura 29 – Quadra coberta



Figura 30 – Quadra coberta



Observa-se que há manchas de umidade nos revestimentos argamassados e estrutura de concreto armado. As infiltrações ocorrem pela exposição às intempéries, já que o sistema de cobertura não foi executado em sua totalidade. Também se observa oxidação nos perfis metálicos da estrutura da cobertura, não aparentando haver perda de seção.

No item 9 apresentamos as recomendações para conclusão da obra, especialmente no que se refere aos serviços necessários ao reparo das estruturas já existentes para retomada da obra. Foram propostos os serviços de limpeza do terreno; grauteamento para recuperação de estruturas em concreto armado; limpeza das superfícies argamassadas (alvenarias e rebocos); revisão da estrutura metálica de cobertura, com desmontagem, tratamento e montagem. Os demais serviços constantes na planilha de repactuação são que ainda não haviam sido executados anteriormente e restam necessários para conclusão da obra.

Nota-se que pela atualização dos bancos de dados de referência de preços, alguns itens tiveram seu código ou descrição alterados, porém ressalta-se que as funcionalidades estão preservadas.



### 7.3 BLOCO VESTIÁRIO

No Bloco vestiários já foram executados a fundação, estrutura, revestimentos argamassados e contrapiso.

Foram observadas as seguintes irregularidades:

- Infiltração na laje;
- Umidade nas paredes e pisos;
- Oxidação da estrutura metálica de cobertura, não aparentando haver perda de seção transversal;

Figura 31 – Vestiário





Figura 32 – Vestiário



Figura 33 – Vestiário





Figura 34 – Vestiário



Figura 35 – Vestiário

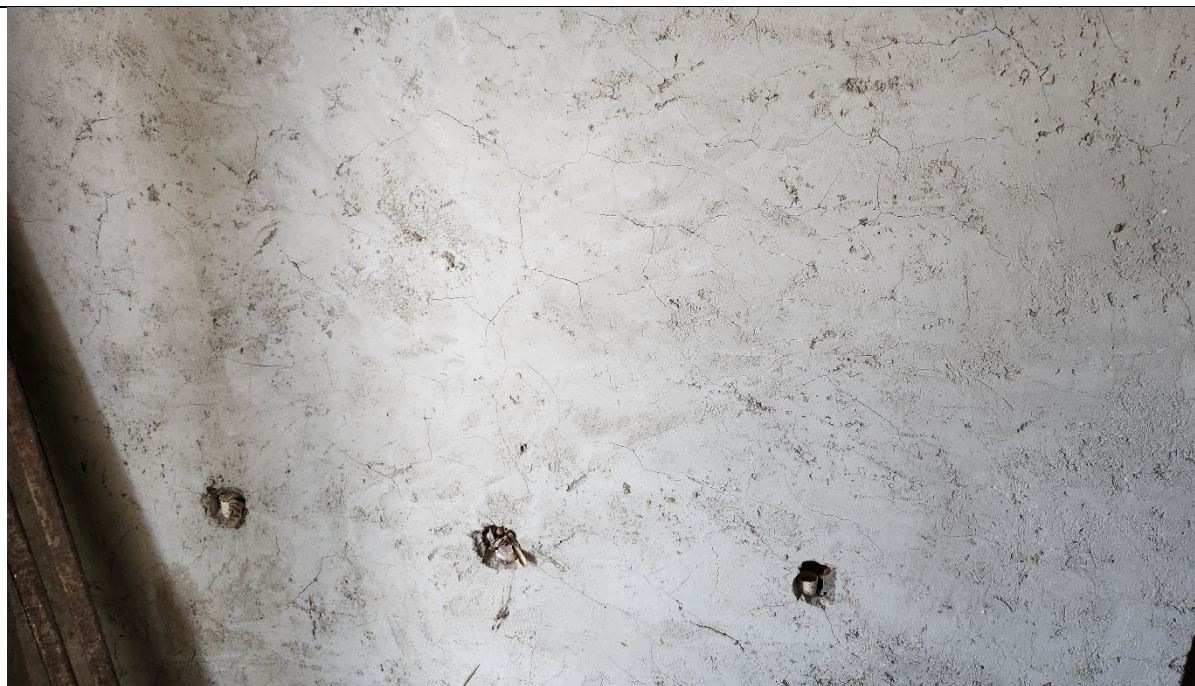




Figura 36 – Vestiário



Figura 37 – Vestiário





Figura 38 – Vestiário

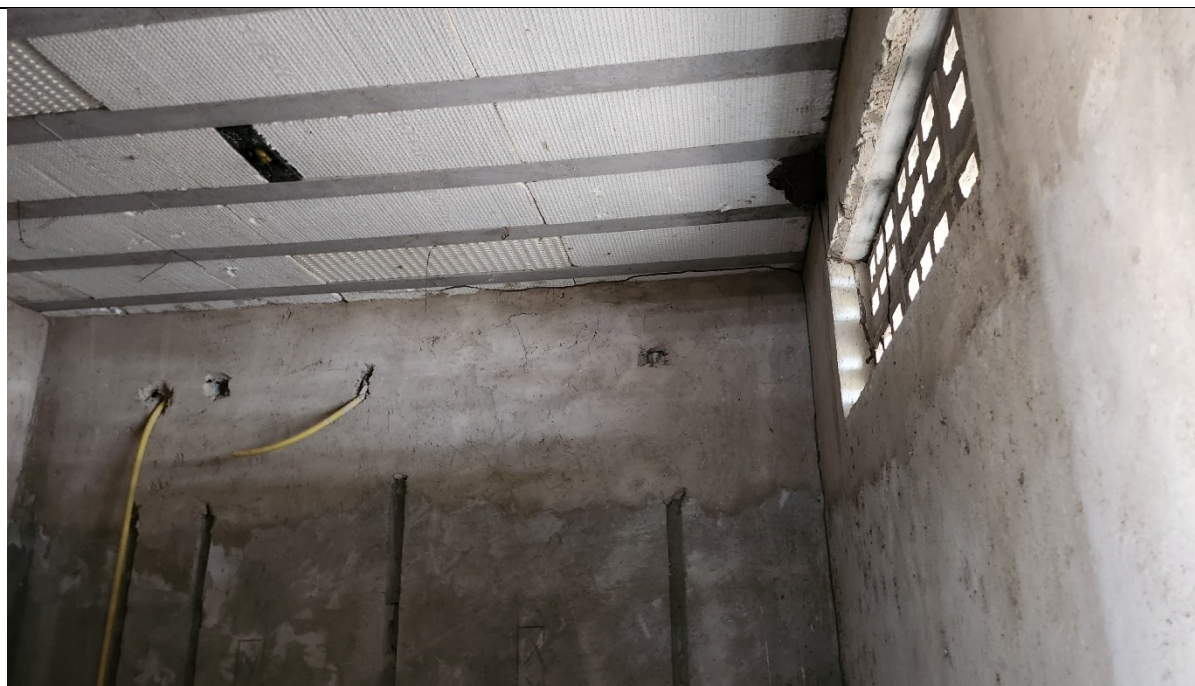


Figura 39 – Vestiário





Figura 40 – Vestiário



Figura 41 – Bloco pedagógico





Observa-se que há manchas de umidade nos revestimentos argamassados e estrutura de concreto armado e. As infiltrações ocorrem pela exposição às intempéries, já que o sistema de cobertura não foi executado em sua totalidade. Não foram observadas patologias no sistema de alvenaria, revestimentos e pisos, que não causadas pela umidade, como manchas de mofo e fungos.

#### 7.4 ESTRUTURA METÁLICA DE COBERTURA DA QUADRA

Trata-se de uma estrutura metálica de cobertura inacabada, exposta às intempéries por um período de aproximadamente 5 anos, sem nenhuma proteção contra os processos de corrosão, com pontos de soldagem sem quaisquer tratamento ou camada de pintura protetiva.

A partir de uma análise visual, foram identificados pontos importantes a serem tratados com cuidados especiais, antes de qualquer continuidade nos serviços. A seguir, vamos ilustrar esses problemas identificados com fotos.

Figura 42 – Visão geral da estrutura metálica



O que se verifica na figura 42, onde observa-se a estrutura metálica como um todo, percebe-se que as terças da estrutura estão apoiadas entre um montante e outro da tesoura, ou seja, simplesmente no eixo do banzo livre. Trata-se de uma distribuição não aceitável em norma, podendo flambar nesse esforço que as terças transferem para a tesoura e essa flambagem podem causar um colapso na estrutura.



Figura 43 – Visão geral da estrutura metálica



Outro ponto que se nota, é que nenhuma das tesouras tem uma mão francesa ligando a terça para tesoura para tirar a flambagem lateral do banzo inferior. Essa situação não é aceitável para estruturas em arco, pois a norma (NBR 8800 e a NBR 14762) não permite a execução desse tipo de estrutura sem reter a flambagem lateral do banzo inferior.

Figura 44 – Visão geral da estrutura metálica



Nesta figura 44, observa-se que a figura apresenta pontos de corrosão em alguns locais e manchas de ferrugem. Os pontos de ferrugem, não havendo perda de seção dos perfis metálicos como nota-se, serão tratados e os perfis montados novamente. Porém onde existem pontos grandes de corrosão, manchas redondas que aparecem nas terças e tesouras, são pontos que precisam de um tratamento à base de jateamento, e em seguida verificar a seção do perfil. Caso seja constatado uma redução da seção superior a 40%, é orientado a substituição do perfil.

Figura 45 – Chapa de base entre a tesoura e o pilar em concreto



Nota-se também que o engaste do pilar de concreto com a tesoura é feito a partir de uma suposta chapa de base chumbada no pilar, com dois perfis laterais soldados nela. A chapa de base citada não apresenta qualquer tratamento em pintura, agravando o processo de corrosão nesse setor.



Figura 46 – Chapa de base entre a tesoura e o pilar em concreto



Na figura 46, existe um vazio entre a tesoura e o pilar em concreto. Chegou-se a conclusão que, por não existir vestígio de ligação parafusada, a fixação dessa chapa com a tesoura foi feita a partir de solda com a tesoura sobre ela. Nota-se que ao soldar as laterais da tesoura, não tem como soldar dentro da brecha para vedar a entrada de oxigênio entre o banzo inferior da tesoura e da chapa, permitindo que a corrosão se alastre.

Ao mesmo tempo deve-se verificar se está chapa está destruída por corrosão, desde que, não houve tratamento após a soldagem. Pelo tempo de exposição, essa chapa pode ter perdido a resistência para suportar o impacto lateral dessa tesoura, ou seja, o esforço de reação que ela faz no sentido horizontal (no sentido da tesoura), ação normal para estrutura em arco.

Figura 47 – Ferragem dos pilares expostas



Na figura 47 é identificado a ferragem exposta, com cobrimento da armadura inferior a 2,5 cm, mínimo permitido em norma. Com o contato dessa ferragem com a chapa de base, afeta no sentido da estrutura.

Figura 48 – Manchas de corrosão na estrutura



Observa-se na figura 48, manchas de corrosão lateralmente na mesa do perfil. Esse perfil, nessa posição, recebe o esforço de tração. Quando ele recebe o esforço vertical, comprime a alma que está deitada e simplesmente traciona a mesa. Como a carga está fora dos montantes, ela vai ser aplicada nas duas mesas, tracionando, isto é, cisalhando, caso não suporte o esforço. Voltando para a mancha, como já citado em fotos anteriores, caso no local onde ela está presente já tenha reduzido a seção em 40%, deve-se substituir parte da seção.

As tesouras foram pintadas. Para essas marcar de ferrugem, podem ser tratadas, lixadas, jateadas e refeito o processo de pintura, diferente dessas machas que está em processo de corrosão avançado, com a redução da seção do perfil, onde a solução é o corte e substituição do perfil.

As terças da figura em questão, não se tem abaixo dela sinal de solda. A tinta se mantém, mesmo com as manchas de ferrugem. Nos locais onde houve solda e não teve tratamento, surgem pontos de correção. A avaria só pode ser identificada, retirando as terças.



Figura 49 – Manchas abaixo da tesoura



Na figura 49, mostra novamente as manchas abaixo da tesoura, onde só podemos observar a gravidade delas, após o tratamento e verificar se houve redução de seção.



Figura 50 – Abertura nas soldas



Na figura 50, mostra a terça com ferrugem, que pode ser tratada. O que está na solda, é corrosão, pode estar em seu processo inicial. Sendo necessário uma avaliação após o processo de tratamento, onde o mais indicado seria o jateamento.

Figura 51 – Chapa de base entre a tesoura e o pilar em concreto



Observa-se nessa figura 51 que a fixação da tesoura do arco só acontece em cerca de 20 cm na ponta da chapa e na ponta do pilar. É necessário reforçar o apoio tesoura-pilar.

É necessária a correção dos apoios entre os arcos metálicos em tesoura e os pilares de concreto, para que as cargas sejam bem distribuídas, mais ao centro da seção do pilar, onde há o melhor comportamento de resistência a compressão.



Figura 52 – Solda das terças sem tratamento



Na figura 52, mostra mais uma vez solda das terças, com um pequeno apoio dos dois lados, sem tratamento.

Figura 53 – Chapa de apoio





Na figura 53, observa-se falta de apoio entre a chapa e a tesoura. Não existe apoio dessa tesoura nessa chapa, apoio está no meio do banzo livre entre um nó e outro.



Na figura 54, observa-se problema na ligação tesoura-pilar, que será corrigido através da montagem e desmontagem da estrutura.

Figura 55 – Manchas de escuras nos pilares



As manchas escuras no pilar advêm da corrosão da estrutura metálica, exposta a intempéries. Justifica-se através deste relatório a composição de revisão de estrutura metálica proposta na planilha de repactuação, em que serão realizadas as correções necessárias na estrutura, através da desmontagem, tratamento e montagem da estrutura seguindo os procedimentos executivos normatizados.

## **8 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Em geral, os principais problemas encontrados na obra inacabada foram os decorrentes de intempéries por conta do tempo de paralisação da obra, que é de aproximadamente 5 (cinco) anos. Os sistemas construtivos aparentam ter sido executados de acordo as boas práticas construtivas e dentro do escopo das Normas Brasileiras vigentes.

Os serviços de infra e superestrutura, fechamentos em alvenaria de bloco cerâmico, revestimentos argamassados, contrapiso, instalações hidrossanitárias e elétricas, estão executadas em parcialidade, os sistemas de cobertura, em particular a estrutura metálica também executados parcialmente, apresentam, como mostrado nas figuras acima, sinais relacionados a oxidação principalmente nos pontos de solda, em virtude da exposição ao tempo, o que causou aparecimento de manchas nos revestimentos e alvenarias de lodo e fungos e oxidação nos perfis metálicos que compõem o sistema de cobertura.

Com relação as inconformidades e restrições apontadas pelo SIMEC foram tomadas as seguintes providencias:

414703-Inconformidade: **Esquadrias executadas em desconformidade com o projeto. Não foram executadas as bandeiras das portas de entrada dos vestiários.**

Providencia: Foi alterada a especificação do serviço conforme planilha de repactuação, não comprometendo a funcionalidade do equipamento.

414704- Inconformidade: **Vidros executados em desconformidade com o projeto. Não foram executados os vidros das bandeiras das portas de entrada dos vestiários**

Providencia: Foi alterada a especificação do serviço conforme planilha de repactuação proposta, não comprometendo a funcionalidade do equipamento.

574713-Restrição: Restrição para substituir as inconformidades 378698, 378699, 414701, 414702, 1- Cobertura executada em desconformidade com o projeto. Os arcos metálicos estão com altura  $h=50$  cm. O projeto determina altura  $h = 80,3$  cm para os arcos metálicos. 2- Cobertura executada em desconformidade com o projeto. Os arcos metálicos não estão totalmente apoiados nos pilares de concreto armado como determina o projeto. 3- Cobertura executada em desconformidade com o projeto. Os arcos metálicos não estão totalmente apoiados nos pilares de concreto armado como determina o projeto. As diagonais foram soldadas parte externa dos banzos e o projeto determina que seja soldada na parte interna.

Providencia: A prefeitura contratou uma empresa especialista em estrutura metálica que emitiu um laudo onde recomenda a desmontagem da estrutura executada recuperação e substituição de algumas peças e a remontagem de acordo com o especificado em projeto, este serviço está contemplado na planilha de repactuação proposta.

578138-Restrição: Superestrutura: 1- Aparentemente há pilares executados a mais, ao lado dos pilares P8 e P24, no canto. Há pilares trapezoidal com ferragem exposta.

Providencia

-Não foi identificada tal situação.

2-Vigas de borda da laje da cobertura dos vestiários (V1, V8 e V13) não executadas conforme projeto e foram executadas deslocadas, estão acima da alvenaria. Lajes L3, L4, L7, L8 foram executadas com sentido das vigotas invertidas. Laje L5 não executada maciça.

Providencias:

2-A cobertura será desmontada e toda a estrutura será recuperada inclusive a estrutura dos pilares serviço previsto na planilha de repactuação proposta.

3-Foram executadas vigas convencionais e não invertidas

Providencias:



3-Esta alteração não compromete a estabilidade da estrutura nem prejudica sua funcionalidade, portanto o serviço foi aceito como executado devendo ser apresentada a ART de Responsabilidade Técnica

4- Lajes L3, L4, L7, L8 foram executadas com sentido das vigotas invertidas. Laje L5 não executada maciça.

Providências:

4- A alteração das lajes L3, L4, L7, L8 não compromete a estabilidade da estrutura nem prejudica sua funcionalidade, porém a laje L5 será demolida e refeita conforme o projeto, estes serviços constam da planilha de repactuação proposta.

**578139-Inconformidade:** Impermeabilização: Onde foi possível observar as vigas baldrame não foram impermeabilizadas

Providência:

O serviço foi aceito como executado devendo ser apresentada a ART de Responsabilidade Técnica

**578141-Inconformidade:** Alvenaria: Não executadas as vergas e contravergas nos vãos das aberturas dos vestiários.

Providência:

Serviços previstos na planilha de repactuação proposta.

**578142-Restrição:** Cobertura: OS ARCOS NÃO ESTÃO APOIADOS EM TODA SEÇÃO DOS PILARES. Ancoragem dos arcos nos pilares com perfil externo não previsto, não executada a chapa da base no topo dos pilares. No final dos arcos, a geometria das diagonais está divergente (elemento 4). Aparentemente a altura dos arcos está inferior a 80cm. Não há emenda central nos arcos, perfil duplo (elemento 3). Não executado os contraventamentos, nenhum espaçador e as mãos francesas

Providência: A prefeitura contratou uma empresa especialista em estrutura metálica que emitiu um laudo onde recomenda a desmontagem da estrutura executada recuperação e substituição de algumas peças e a remontagem de acordo com o especificado em projeto, este serviço está contemplado na planilha de repactuação proposta.

**578143-Inconformidade** - Instalações Elétricas: Previsto utilização de eletroduto reforçado e foram executados eletrodutos simples, amarelo.

Providência:

O serviço foi aceito como executado devendo ser apresentada a ART de Responsabilidade Técnica

**578144-Inconformidade** - Instalações hidráulicas: Não visualizado os pontos dos lavatórios e dos bebedouros

Providencia:

Serviços previstos na planilha de repactuação proposta.

**578145- Inconformidade** - Instalações sanitárias: As caixas inspeção esgoto-CES foram executadas em local divergente, em relação ao projeto padrão. Não visualizado os tubos de esgoto dos bebedouros

Providencia:

Serviços previstos na planilha de repactuação proposta.

**578146 – Inconformidade:** Não executado a passagem na laje das descidas pluviais da cobertura dos vestiários. Não executada a canaleta nas laterais do passeio da quadra.

Providencia:

Serviços previstos na planilha de repactuação proposta.

## **9 RECOMENDAÇÕES**

### **9.1 LIMPEZA DO TERRENO**

- Para reinício da obra, recomenda-se em primeiro lugar a limpeza manual e mecanizada do terreno e retirada de toda vegetação, lixo.

### **9.2 ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO**

- Cortar e remover as seções de concreto fraco, solto, laminado ou trincado e quaisquer outras contaminações existentes nos pilares prejudicados para que se possa fazer os devidos reparos contra a corrosão;
- Em casos específicos, na presença de deterioração completa do pilar, todo o concreto deverá ser retirado e, posteriormente, fazer o tratamento das armaduras com agentes anticorrosivos (pintura);
- O material (concretos e argamassas) a ser empregado para a recomposição da seção original de concreto deverá ser altamente aderente ao substrato, apresentar alta durabilidade e impermeabilidade;
- Todas as armaduras dos pilares recuperados deverão receber pintura anticorrosiva;

- As lajes do bloco administrativo deverão ser completamente demolidas para nova execução.

Na planilha de repactuação foi proposto o serviço de grauteamento para recuperação dos pilares em concreto armados danificados e mostrados neste laudo.

Nas estruturas de concreto armado restantes de execução, as composições foram distribuídas em fabricação de formas, armação em aço e concretagem das peças. Na planilha original era usada uma composição representativa de estrutura em concreto armado, englobando todos esses serviços.

### 9.3 ALVENARIA

- Retirada da camada superficial do lodo presente no chapisco executado e das alvenarias expostas com auxílio de escova de aço ou jato de água com solução de hipoclorito.
- Somente após a limpeza das superfícies que os serviços de revestimentos restantes poderão ser iniciados, pois a não limpeza do lodo presente nas superfícies não garantira aderência adequada para as camadas subsequentes de argamassas e/ou cerâmicas.

### 9.4 ESTRUTURA METÁLICA

- Tratamento de toda a estrutura metálica, o processo mais eficaz seria o jateamento das peças, porém o lixamento é um processo mais econômico e pode também atender as necessidades;
- Devido as manchas nas estruturas (terças e tesouras), é necessária uma análise nesses locais específicos, de forma a constatar se houve ou não redução da seção. Havendo redução é necessário o corte dessa área e substituição da mesma.



- Retirada das terças para tratamento e correção dos pontos de corrosão, devido a a presença de furos na solda e por não ter como garantir a eficiência do tratamento por baixo das terças;
- Correção dos apoios das tesouras, devido a localização na ponta dos pilares (ponto mais frágil e de menor resistência)

Na planilha de repactuação, foi proposto o serviço de revisão da totalidade da estrutura metálica de cobertura. Esta revisão foi proposta através da composição revisão da estrutura metálica. Esta composição engloba os serviços de desmontagem, tratamento, substituição de perfis (quando necessário) e montagem da estrutura.

## 10 CONCLUSÃO

Diante das anomalias apresentadas nos sistemas vistoriados da obra da escola inacabada, agregadas à exposição das intempéries e defeitos de execução, a obra da edificação foi classificada, de maneira global, quanto ao **Grau de Risco Regular**, tendo em vista o impacto de desempenho **tecnicamente recuperável** para finalidade de utilização que se destina, sendo necessário intervenção CONCOMITANTE à retomada da obra para sanar as inconformidades apontadas no presente Laudo Técnico.

Ademais, entende-se que, embora se trate de obra inacabada, após adotadas as providências relatadas no presente laudo técnico, de modo a corrigir/recuperar as constantes as patologias ora evidenciadas, **a obra é passível de ser concluída podendo ser entregue à comunidade, atingindo os objetivos a que fora planejada, dentro dos parâmetros de segurança, habitabilidade e funcionalidade.**

**Arnaldo de Oliveira Filho**  
**Prefeito Municipal**

**Vinicius Silva de Andrade**  
**Engenheiro Civil**  
**CREA – BA: 0517204908**



**ANEXO V**  
**MODELO DE DECLARAÇÕES A SEREM APRESENTADAS PARA FINS DE**  
**HABILITAÇÃO**

(nome da pessoa física/jurídica) \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/CPF sob o n. \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) do CPF n. \_\_\_\_\_, considerando o disposto na Resolução CNJ n. 7/2005, alterada pela Resolução CNJ n. 229/2016, **DECLARA, para fins de habilitação na Concorrência Eletrônico nº xxxx/2024**, para todos os efeitos legais que:

**1 - DECLARAÇÃO NEGATIVA DE RELAÇÃO FAMILIAR OU PARENTESCO**

não possui sócio(s) ou, no caso de sociedade anônima, diretor(es) que seja(m):

a) cônjuge(s), companheiro(s) ou tenha(m) parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, com servidões ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, ou que tenham ocupado os mencionados cargos/funções, nos 6 (seis) meses anteriores à data de abertura da sessão pública do procedimento licitatório;

**2 - DECLARAÇÃO DE INTEGRALIDADE DOS CUSTOS**

A Declara que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**3 - DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR**

Declara, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo menor a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição e no inciso VI, do art. 68, da Lei 14.133, de 2021, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999 (declaração conjunta – Anexo III)

**4 - DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE DOS DOCUMENTOS**

Declara, que os documentos encaminhados e apresentados no presente processo são autênticos, assumindo o mesmo poder de prova que os originais, nos termos do Art. 3º, § 2º da Lei 1.3726/2018 e dos Art. 298 e Art. 299 do Código Penal Brasileiro (Decreto-Lei Nº 2.848/1940).

**5 - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDIDITO**



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÉM  
CNPJ: 13.913.348/0001-11



Declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

#### **6 - DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE**

Declara, sob as penas da Lei, que na qualidade de proponente do procedimento licitatório, instaurada pela Prefeitura Municipal de Caém, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

#### **7 - DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS**

Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021

#### **8 - DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE**

DECLARAMOS para fins de direito na qualidade de proponente que:

1. Comprometemo-nos a manter durante a execução do Instrumento Contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
2. Comprometemo-nos a repassar na proporção correspondente, eventuais reduções de preços decorrentes de mudanças de alíquotas de impostos incidentes sobre a prestação do serviço, em função de alterações de legislação pertinente, publicadas durante a vigência do Contrato;
3. Comprometemo-nos a entregar o serviço de acordo ao especificado no Cronograma Físico e Financeiro.
4. Temos conhecimento e submetemo-nos ao disposto na Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor, às normas pertinentes à prestação dos serviços e utilização do objeto a ser contratado, bem como, ao Edital

#### **9 - DECLARAÇÃO DE POLÍTICAS AMBIENTAIS**

Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós- consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

#### **10 – DECLARAÇÃO INTEGRALIDADE DOS CUSTOS**

Que a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÉM**  
**CNPJ: 13.913.348/0001-11**



conduta vigentes na data de entrega desta proposta, para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do CPF sob nº ....., cuja função/cargo é.....(sócio administrador/procurador/diretor/etc), responsável pela assinatura do contrato e que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que o Contrato seja encaminhado para o seguinte endereço: E-mail: Telefone: (). Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

Em, / / .

**ASSINATURA E NOME LEGÍVEL DA PESSOA FÍSICA/JURÍDICA  
(SÓCIO RESPONSÁVEL PELA EMPRESA)**



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÉM  
CNPJ: 13.913.348/0001-11



ANEXO VI  
MINUTA DO CONTRATO

Contrato nº. XXX/2024

Concorrência Eletrônica nº. 0xx/2024, decorrente do Processo Administrativo nº 0xxx/2024.

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI  
FAZEM O **MUNICÍPIO DE XXXXXX** E A EMPRESA **XXXXXXXXXXXXXX**

Pelo presente instrumento, que entre si celebram o Município de XXXXXXXX, com sede no(a) ....., na cidade de ..... /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº ....., neste ato representado pelo xxxxxxxxxxxxxxxx xxxxxxxxxxxxxx, inscrito(a) no CPF nº ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., doravante denominada **CONTRATANTE**, e a pessoa jurídica ....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., com sede no(a) ....., na cidade de ..... /Estado ..., doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) do CPF nº ....., pactuam o presente contrato, conforme quantidades e especificações mínimas do Edital e seus Anexos, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS**

1.1 O presente instrumento contratual decorre da Licitação realizada na modalidade Concorrência Eletrônica nº 0.../2024 Processo nº 0.../2024, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações.

**CLÁUSULA SSEGUNDA - DO OBJETO**

2.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de .....

2.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.2.1. O Termo de Referência;

2.2.2. O Edital da Licitação;

2.2.3. A Proposta do contratado;



#### 2.2.4. Projeto Básico

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

3.1. O prazo de vigência da contratação tem início em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ com válida até \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, podendo ainda ser prorrogado conforme art. 107 da Lei 14.133/21, observados as diretrizes previstas na legislação.

3.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

#### **CLÁUSULA QUARTA – EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

4.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência e Projeto Básico anexo a este Contrato.

#### **CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO**

5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual

#### **CLÁUSULA SEXTA – PREÇO (art. 92, V)**

6.1. O valor mensal estimado da contratação é de R\$ ..... (.....), perfazendo o valor total estimado de R\$ ..... (.....)

6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

7.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE**

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano, contado da data do orçamento estimado.

8.2 Com fundamento no disposto pelo art. 6º, LVII e 135 da Lei 14.133/21, será admitido o reajuste, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do valor, em





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÉM**  
**CNPJ: 13.913.348/0001-11**



contrato com prazo de vigência igual ou superior a 12 (doze) meses, mediante aplicação do INCC (Índice Nacional da Construção Civil), desde que seja observado o interregno mínimo de 01 (um) ano, contado da data da apresentação da proposta.

8.3 Para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato será observado o critério de reajustamento em sentido estrito, mediante solicitação expedida pela Contratada.

8.4 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir da data da última repactuação.

8.5 O registro do reajustamento de preços será formalizado por simples apostila.

**CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

9.1. São obrigações do Contratante:

9.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

9.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

9.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

9.8. Cientificar a procuradoria jurídica para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

9.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.10. A Administração terá o prazo de 01 (um mês), a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

10.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

10.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

10.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

10.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

10.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

10.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

10.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.

10.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)**

11.1 Por ocasião da assinatura do contrato a contratada fica obrigada a prestar garantia no valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor do contrato, podendo optar por uma das seguintes modalidades: (Art. 96 da Lei 14.133/2021).

- a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
- b) seguro-garantia;
- c) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;
- d) título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Impedimento de licitar e contratar;
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar;
- d) Multa.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.4.1. O valor da multa aplicada (tanto compensatória quanto moratória) deverá ser recolhido no setor financeiro do Município de xxx/BA, dentro do prazo de 15 (quinze) dias úteis após a respectiva notificação.

12.4.2 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.4.3 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÉM**  
**CNPJ: 13.913.348/0001-11**



desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.5. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo, devidamente autuado, e que assegure o contraditório e a ampla defesa, conforme os preceitos legais da Lei nº. 14.133/2021.

12.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.7. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.12. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

13.1 O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, devendo ser observado os quantitativos de itens contratados, salvo se for prorrogado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.1.1 O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.1.2 A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.1.3 Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.2 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.2.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.2.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.2.3 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.3 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.3.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.3.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.3.3 Indenizações e multas.

13.4 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÉM  
CNPJ: 13.913.348/0001-11



13.5 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

14.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados neste exercício, na dotação discriminada: xxxx - xxxxxxxx - xxxx - xxxxxxxx - xxxx - xxxxxxxxxxxx.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

15.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES**

16.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da Procuradoria do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

17.1. O Gestor do Contrato indicado pela Administração, será o(a) servidor(a) xxxxxxxx, matrícula xxxx e, que deverá cumprir as atribuições previstas no Decreto xxxxx/2024.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÉM**  
**CNPJ: 13.913.348/0001-11**



17.2. A fiscalização administrativa do contrato será realizada pelo servidor xxxxxx, matrícula xxxxxx, que deverá cumprir as atribuições previstas no Decreto xxxxx/2024.

9.3.

17.3. Havendo necessidade de substituição do gestor e/ou fiscais, a unidade técnica indicará substitutos para as funções indicadas acima.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS LEIS ANTICORRUPÇÃO**

18.1. A CONTRATADA declara que conhece as várias leis e convenções aplicáveis no Brasil que proíbem atos de corrupção e outros atos lesivos contra a administração pública, dentre elas a Convenção Anticorrupção da OCDE, a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (Decreto Federal nº 5.687/06), o Código Penal Brasileiro, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), Lei Federal nº 9.613/98 e a Lei Federal nº 12.846/2013, doravante denominadas, em conjunto, “Leis Anticorrupção”. Em todas as atividades e atos relacionados à execução do presente Contrato, compromete-se a CONTRATADA a cumprir e fazer cumprir, por si e por seus administradores, colaboradores e terceiros, rigorosamente, as Leis Anticorrupção.

18.2. A CONTRATADA declara ainda que conhece as disposições relacionadas com o combate à corrupção, seja ela pública ou privada, e compromete-se a cumprir fielmente as disposições, comprometendo-se ainda a denunciar o CONTRATANTE qualquer infração a essas disposições que venha a ser do seu conhecimento, na forma disciplinada na Lei Federal nº 8.429/1993.

18.3. Obriga-se a CONTRATADA, de forma irrevogável, a não prometer, oferecer, dar, patrocinar, incentivar, obrigar ou concordar, direta ou indiretamente, com subornos, fraudes, tráfico de influência, extorsão, vantagem indevida (seja em dinheiro, presentes, descontos, favores ou qualquer outra coisa de valor), a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada, nem praticar quaisquer dos atos vedados pelas Leis Anticorrupção. Compromete-se, ainda, a adotar as melhores práticas de Governança com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus administradores, colaboradores, prepostos ou terceiros, de acordo o disposto no artigo 7º, inciso VIII, da Lei Federal nº 12.846/2013 e na Lei Federal nº 9.613/98 e suas respectivas modificações e regulamentações.

18.4. A CONTRATADA deverá observar e fazer observar, por seus fornecedores, prepostos, empregados, colaboradores em geral, prestadores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética e integridade durante todo o processo de contratação e execução deste Contrato. É dever da CONTRATADA treinar seus empregados e colaboradores em geral acerca de condutas éticas e do combate à corrupção.





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÉM**  
**CNPJ: 13.913.348/0001-11**



18.5. A CONTRATADA declara que nos últimos 05 (cinco) anos não foi objeto de nenhuma investigação, inquérito ou processo administrativo ou judicial relacionado ao descumprimento das Leis Anticorrupção ou de Lavagem de Dinheiro, e que suas atividades estão em conformidade com estas leis.

18.6. A CONTRATADA declara, ainda, que não há qualquer agente público ou pessoa a ele relacionada que receberá, direta ou indiretamente, benefícios ou vantagens em decorrência do presente Contrato.

18.7. Toda documentação de cobrança a ser emitida nos termos deste Contrato deverá estar acompanhada de fatura/nota fiscal detalhada, contendo discriminação dos serviços prestados e/ou bens adquiridos, conforme o caso. A CONTRATADA obriga-se a manter livros, contas, registros e faturas fidedignos e consistentes com as operações a que correspondem. Considerando os propósitos na presente Cláusula, a CONTRATADA concorda e autoriza que, na hipótese de indícios de irregularidades ou de quaisquer práticas ilícitas, o CONTRATANTE, seja diretamente ou por meio de pessoas por ele formalmente indicadas a tal fim, possa inspecionar o local de execução do CONTRATO e auditar todos os documentos, contas e registros relacionados à contratação e à execução do objeto deste CONTRATO.

18.8. Qualquer violação, por parte da CONTRATADA, das Leis Anticorrupção ou da presente Cláusula (Leis Anticorrupção) - será considerada uma infração grave a este Contrato, e consistirá justa causa para sua rescisão motivada, conferindo ao CONTRATANTE o direito de declarar rescindido imediatamente o presente Contrato, sem qualquer ônus ou penalidade, ficando a CONTRATADA responsável pelas perdas e danos a que der causa, nos termos da lei aplicável.

18.9. O presente Contrato poderá ser imediatamente rescindido pelo CONTRATANTE, ainda, na hipótese de participação ou envolvimento comprovado da CONTRATADA, diretamente ou indiretamente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas e/ou obstrutivas (conforme Diretrizes e definições do Banco Mundial), ou em lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores (conforme Lei Federal nº 9.613/98), seja na execução do presente Contrato ou em quaisquer outros Contratos em que figurar como CONTRATADA, seja com entes públicos ou privados.

18.10. A CONTRATADA notificará prontamente, por escrito, ao CONTRATANTE a respeito de qualquer suspeita ou violação do disposto nas Leis Anticorrupção ou às disposições desta Cláusula - Leis Anticorrupção - ou de qualquer suspeita de participação em práticas de suborno ou corrupção, assim como o descumprimento de qualquer declaração prevista na Lei Federal nº 8.429/1993

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - PUBLICAÇÃO**



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÉM  
CNPJ: 13.913.348/0001-11



19.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal da Transparência do Município de xxx-BA.

**CLAUSULA VIGÉSIMA - DA ASSINATURA DO CONTRATO.**

20.1 As partes, bem como as testemunhas envolvidas neste instrumento formalizam o acordo que o presente instrumento contratual poderá ser assinado de forma eletrônica, com senha pessoal e intransferível capaz de comprovar a sua autoria e a integridade do documento, com fulcro na Lei nº 14.063, de 23/09/2020 e do Decreto nº 10.278, de 18/03/2020, sendo as assinaturas consideradas válidas e executáveis.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - FORO (art. 92, §1º)**

20.1 Fica eleito o Foro da Comarca de XXX, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

xxxxxxxx - BA, xx de xxxxxxxx de 20xx.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
EMPRESA  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
NOME:  
CPF:

\_\_\_\_\_  
NOME:  
CPF: